

Da opinião pública ao corpo político¹

GIANFRANCO MARRONE

Resumo Objeto de estudo das mais diversas disciplinas, a política é também um campo fértil de investigação para a sociossemiótica. Se a política é um sistema de significação, é preciso tratá-la como tal, propondo sugestões metodológicas capazes de articular no mesmo esquema explicativo suas dimensões sensível-expressiva (a prática política) e inteligível-conteúdística (os valores políticos). Este ensaio procura mostrar como, a partir da própria renovação do seu aparato teórico, a sociossemiótica pode agora contribuir com modelos de explicação dos fenômenos sociopolíticos que, assumindo a existência de dois regimes semióticos distintos — um do sentido e outro da significação —, integram essas duas dimensões da experiência humana.

Palavras chave política, Sociossemiótica, regimes de sentido.

Abstract Politics is not only an object that is studied by different disciplines but also fertile field of investigation for Sociossemiotics. If Politics is a system of signification it is important to deal with it as such proposing methodological suggestions that should be able to link its sensitive-expressive dimensions (the politic practice) and comprehensive dimensions (the political values). This essay tries to show through the renewal of its theoretical instruments, how Sociossemiotics can now contribute with explanations models of sociopolitics phenomena which take part in the two dimensions of human experience and the two semiotic regime – one of the sense and the other of the signification.

Key words politics, Sociossemiotics, regime of sense.

1. Este texto é uma versão reduzida e adaptada, com autorização do autor, por Ana Silvia L. D. Medola, a partir do capítulo "Dall'Opinione pubblica al Corpo político", incluído em G. Marrone, *Corpi sociali. Processi comunicativi e semiótica del testo*, Torino, Einaudi, 2001.

O universo da política é também um dos mais evidentes objetos de investigação da sociossemiótica: não tanto porque se trate de um objeto de interesse sociológico que, por propriedade transitiva, pode se tornar objeto de investigação de uma teoria da significação interessada no estudo dos fenômenos sociais, mas por razões puramente teóricas que formam um campo de análise, por assim dizer, naturalmente semiótico.

Para indicar somente as principais, é certo, por exemplo, que o universo político funciona — da mesma forma que a economia, as relações de parentesco ou a língua — como um verdadeiro e particular *sistema*, no qual as relações internas entre os vários componentes em jogo constituem e seguramente transformam estes componentes. A ação na esfera política é uma condição eminentemente estrutural, pela qual os sujeitos que dela fazem parte constroem, desconstroem e reconstroem a própria identidade em função de outros sujeitos com os quais entram, ora em uma relação contratual de acordo, ora em uma relação polêmica de confronto, ou seja, em relações (como veremos) *narrativas*.

No interior desse sistema, encontram-se em pressuposição recíproca dois planos diversos: um plano *significante*, no qual se fazem (se aceitam, se dizem, acontecem) determinadas coisas, e um plano *significado*, no qual estas coisas manifestam ou adquirem determinados valores ideais e práticos, seja por intermédio daqueles que os colocam em ação (os políticos), seja por meio de quem se encontra a observá-los relativamente de fora (o povo, os eleitores, a opinião pública, os jornalistas). A política possui uma das principais propriedades de um sistema de significação: aquela de fazer interagir duas diferentes formas da experiência humana, uma que articula a dimensão sensível-expressiva (a prática política) e outra que articula a dimensão inteligível-conteudística (os valores políticos).

A estrutura do universo político, enquanto universo constitutivamente significativo, tem, além disso, a característica de tornar necessária uma certa forma de *comunicação*: os valores significativos na arena política são tais sempre em função de alguém que os aceita, os julga, os transforma, os recusa, os tolera, etc., enquanto destinatário de um processo comunicativo constitutivamente reversível, no qual os papéis do emissor e do receptor se alternam com uma regularidade codificada de forma mais ou menos rigorosa. Tal reversibilidade constitui o núcleo fundamental dos sistemas políticos considerados democráticos, de modo que a relação entre políticos e eleitores é filtrada pelo fenômeno semiótico da credibilidade e da crença, do obter fidúcia de alguém, mas, sobretudo, do repor fidúcia em alguém a quem

se delega, ao final de uma ação, a satisfação das próprias necessidades. Mas, além dos sistemas democráticos, qualquer forma de governo tem sempre a necessidade de alguma forma de legitimidade e, portanto, de legitimação por parte dos governados. Os processos da comunicação política, neste sentido, não têm somente o escopo cognitivo de difundir certas mensagens, ou seja, determinadas formas de saber, mas também o objetivo pragmático e passional de estipular *pactos de fidúcia* entre políticos e povo.

Assim, para nos determos nestas três razões fundamentais — sistematicidade, significação, comunicação — é evidente que a semiótica está interessada no estudo do universo da política: as grandes questões da dialética entre forças políticas, da institucionalização e da legitimação do poder, da ligação entre ação política e sistema de valores, da codificação dos papéis institucionais, da espetacularização e da personalização da política, do marketing dos candidatos, etc., são muito próximas a temas sobre os quais a semiótica, trabalhando com outras linguagens e outros sistemas sociais, vem há algum tempo refletindo, construindo modelos e métodos de tipo geral que podem ser facilmente aplicáveis a tais questões. Não obstante, à exceção de alguns estudos pioneiros², o universo da política não tem sido até agora objeto de investigações semióticas amplas e profundas, mas somente de um certo número de sugestões metodológicas, às quais se seguiram, nos últimos anos, diversas análises aplicativas³.

O discurso político

Querendo analisar a comunicação política com o auxílio dos modelos semióticos, é oportuno, todavia, dar um passo ulterior. Não basta lembrar que, além da linguagem verbal, ela usa uma série complexa e heteróclita de formas expressivas, como a imagem ou a gestualidade. É necessário, também, assumir plenamente a perspectiva do estudo do *discurso* e refletir semioticamente sobre a íntegra da esfera da política.

A maior parte dos estudos sobre comunicação política, por não serem homogêneos na perspectiva disciplinar, ou no método de análise, mantém uma substancial separação entre a política como tal, atividade que em princípio existe por si, e o fato de que ela possa, ou deva, ser comunicada com resultados mais ou menos

2. A referência é sobretudo aos estudos de Eric Landowski, aos quais serão feitas freqüentes referências daqui por diante.

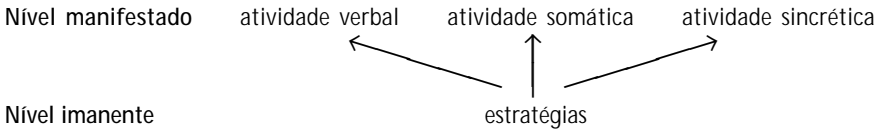
3. Observa Volli (2000: 282), após ter reconstruído algumas das relações aqui discutidas entre o universo da política e estudos semióticos.

felizes. Ainda que se reconheça, em geral, o papel determinante dos *mass media* no universo político contemporâneo e, também de modo geral, entenda-se os processos comunicativos como verdadeiras e específicas performances, entre política e comunicação se institui uma relação muito estreita, às vezes necessária, mas nunca uma identificação. De um lado, estão as ações políticas; de outro, as ações lingüísticas, retóricas e comunicativas dos políticos que, de qualquer modo, redobram as ações mesmas, representando-as, transformando-as, talvez fundando-as, mas sempre acompanhando-as.

Segundo a perspectiva semiótica mais recente, essa separação entre a atividade simbólico-ritual-comunicativa dos sujeitos políticos e a prática política verdadeira não tem razão de ser. Por um lado, como se tem dito, as atividades comunicativas dos políticos, lingüísticas e não-lingüísticas, têm valor performativo enquanto tais: como diz Austin, as palavras *fazem coisas* (Austin, 1962). Por outro lado, ocorre lembrar que a atividade política, enquanto inserida em uma configuração estruturada de ações e reações, é sempre significativa, ou seja, deve ser considerada em tudo e por tudo como uma forma de comunicação, embora implícita. Parafraseando a fórmula do mesmo Austin, as coisas são palavras.

Mais que uma linguagem ou uma comunicação que, de um modo ou de outro, entram em relação com a atividade prática, é bom falar, então, de um *discurso político* como um fluxo estruturado de movimentos estratégicos, alguns dos quais tomam uma forma lingüístico-comunicativa; outros, a forma de ações somáticas; outros ainda, uma forma intermediária. Para rebater o movimento de um adversário, um determinado político pode dizer algumas coisas (por exemplo, fazer uma intervenção no Parlamento), ou mesmo pode fazer outras (por exemplo, uma greve de fome); ainda que, as primeiras se apresentem sob a forma verbal e as segundas sob a forma de atitudes práticas, o que importa, no nível da organização semiótica de fundo, é que se trata, em ambos os casos, de precisos movimentos estratégicos com um claro valor simbólico no interior de um contexto muito mais amplo de ações e reações, de táticas locais e de estratégias globais. Muito freqüentemente, é de todo impossível manter separada a atividade comunicativa da atividade prática: uma interrogação parlamentar é tanto um fato de linguagem quanto uma ação prática; uma greve de fome é tanto uma ação (ou ausência dela) quanto um gesto simbólico.

Diremos, portanto, que, no discurso político, é necessário distinguir dois diferentes níveis de profundidade: um *imane*nte, onde se desenvolvem atividades estratégicas mais ou menos complexas, e um *manifestado*, onde tais atividades se apresentam sob formas diversas, ora de tipo verbal, ora de tipo somático, ora de tipo sincrético (verbal + somático). Daí o esquema:



Portanto, quando Fabbri e Marcarino (1985: 9) afirmam que:

(...) o político não é simplesmente um discurso 'representativo'. Não se pode descrevê-lo como um conjunto de enunciados em relação cognitiva com o real, mas sendo caracterizado como um *discurso em campo*, destinado a chamar e a responder, a dissuadir e a convencer; um discurso de homens para transformar homens e relações entre homens, não só *medium* para reproduzir o real,

não é preciso entender o termo 'discurso' usado por estes autores em sentido literal, ou seja, como uma atividade lingüística concreta (um comício, uma intervenção parlamentar, uma réplica no curso de um debate e similares). É oportuno, ao contrário, conferir a este termo um valor metalingüístico, que remeta a uma noção semiótica já definida, segundo a qual a linguagem é uma forma de ação e a ação uma forma de linguagem, com específicas relações e dinâmicas entre elas. *Discurso* inclui, portanto, não só um conjunto organizado de enunciados lingüísticos, mas também todas aquelas práticas não verbais que têm, em um contexto estruturado de tipo estratégico, um certo valor significante.

A RACIONALIDADE ESTRATÉGICA

Mas o que é exatamente uma estratégia? Em que termos é possível entender, em particular, as estratégias políticas, de forma diferente, por exemplo, das estratégias bélicas, das estratégias de mercado, de certos tipos de jogo ou de esporte, da atividade sedutora e similares? O que há de comum e o que há de diferente na política e na guerra, no marketing, na prática lúdica, etc.? Em que termos é possível falar de estratégia na esfera política sem usar este termo no sentido vagamente metafórico?

Noção de origem eminentemente bélica, a estratégia recebe da semiótica uma redefinição no interior da teoria da narratividade. A *racionalidade estratégica*⁴, podemos dizer, é definível semioticamente como um tipo particular de inteligência

4. Sobre a noção semiótica de estratégia, cf. De Certeau (1980); Greimas (1983); Landowski (1989: 227-241 tr.it.); Parret (1990), Fabbri e Montanari (2001).

narrativa, ou melhor, um certo grau de aprofundamento na gestão da competência narrativa. É necessário portanto, um breve excursão sobre a noção de narratividade.

Polêmicas narrativas

Ocorre narratividade, segundo a semiótica⁵, quando está presente — em um texto literário, em um spot publicitário, em uma situação concreta — um conflito entre dois programas subjetivos de ação: de uma parte há um Sujeito que visa estar em conjunção com um Objeto no qual se propõe a encontrar determinados Valores; de outro lado, há um Anti-sujeito, que, por sua vez, almeja ficar conjunto com o mesmo ou com um outro Objeto sobre base de Valores diametralmente opostos. A situação de confronto entre esses dois Sujeitos, porém, pressupõe que eles adquiram as capacidades necessárias para enfrentar o mesmo confronto; antes de empreender qualquer forma de ação, é necessário que o Sujeito e o Anti-sujeito possuam uma competência específica, descritível semioticamente em termos modais. Haverá assim, no percurso narrativo dos dois Sujeitos narrativos, em primeiro lugar, uma fase de *virtualização*, na qual eles adquirem um querer ou um dever-fazer; em segundo lugar, uma fase de *atualização*, na qual eles adquirem ou um poder ou um saber-fazer e, por fim, uma fase de *realização*, na qual um dos dois, derrotado o adversário, poderá finalmente entrar em conjunção com o Objeto de valor.

Descrita na sua estrutura de base, a narrativa não é outra coisa senão a sucessão dessas três fases de progressiva realização dos Sujeitos em jogo, a partir do pressuposto de que esses Sujeitos são antagonistas entre si, e que, portanto, qualquer ação do Sujeito, capaz de alcançar uma determinada modalidade, vai se entrelaçar com outras ações suas visando impedir que o Anti-sujeito possa também adquirir modalidades análogas, ou objetivando prevenir que o Anti-sujeito o impeça de adquirir as modalidades necessárias para a própria realização (isso tudo, obviamente, redobrado pela perspectiva do Anti-sujeito).

Assim, se Sujeito e Anti-sujeito se confrontam fisicamente no momento da performance, toda a narrativa é permeada pelo fato de que as respectivas estratégias de ação pressupõem a presença do outro. Desse modo, o Sujeito, bem antes de encontrar o Anti-sujeito, trata de construir um simulacro, de imaginar os seus possíveis movimentos e de adaptar os próprios movimentos àqueles que, presume-se, o Anti-sujeito fará. Mas também o Anti-sujeito, obviamente, aciona uma atividade

5. Para um tratamento aprofundado da teoria semiótica da narratividade, cf. Greimas (1966; 1970; 1976; 1983); Greimas e Courtés (1979, 1986); Entrevernes (1979); Marsciani e Zinna (1991); Marrone (1998); Bertrand (2000), Fabbri e Marrone (orgs.) (2000).

análoga, construindo um simulacro do Sujeito e procurando prever os seus movimentos. Às *estratégias* globais dos programas narrativos de base (estar em conjunção com o Objeto), fazem-se acompanhar, portanto, as *táticas* locais dos chamados programas narrativos de substituição, programas paradigmáticos preparados ou para remediar as ações do outro, ou para antecipá-las (até produzir um número tão alto de substituições a ponto de perder de vista o objetivo estratégico de tipo geral).

Desse modo, a noção de narratividade (que agrega aquela de estratégia) se delinea em termos ao mesmo tempo precisos e amplos. Diversamente da hipótese narratológica, que pensa a narrativa exclusivamente como uma série de ações mais ou menos ordenadas segundo critérios causais e temporais⁶, a idéia semiótica de narratividade deixa espaço, perto da ação, à cognição e à paixão. Nenhuma ação é possível sem uma dupla interface, por um lado com o saber, e por outro com a afetividade. O estrategista é aquele que se coloca o problema do confronto entre o próprio programa narrativo e o do inimigo, ou melhor, o que ele atribui ao inimigo. Além disso, o estrategista sabe que o inimigo se comporta do mesmo modo e deve, pois, oferecer-lhe uma certa imagem de si, um certo simulacro de programa de ação para comprometer o do inimigo (ou o programa que ele imagina que o inimigo tenha).

Em suma, eis que aparece no interior da narrativa não um único Sujeito, encarregado de desenvolver a ação, mas um conjunto complexo de subjetividades que se cruzam e se sobrepõem continuamente, dando lugar a entidades narrativas mais *frou*, variáveis, multifacetadas, fugazes. Junto dos sujeitos *pragmáticos* (que empreendem específicos programas de ação), colocam-se sujeitos *cognitivos* (que procuram imaginar o existir do outro), sujeitos de *representação* (que são imaginados pelo outro) e sujeitos de *simulação* (que se fazem imaginar pelo outro). Desse modo, graças a essas uniões de formas subjetivas e de planos narrativos, acaba por emergir a passionalidade, o tumulto afetivo que se insinua no cálculo estratégico, alimentando-o e transformando-o, determinando a intensidade e a tensão, as durações e os ritmos, as paradas, os abandonos, os novos lances.

6. Pensa-se na oposição entre fábula e trama elaborada nos anos dez pelos formalistas russos, segundo a qual o conto é antes de tudo uma série de "motivos" ordenados casualmente e temporalmente, mas se pensa também na *Morfologia do conto* de Vladimir Propp (1928), que pensava a fábula como uma sucessão estandardizada de funções narrativas; e pensa-se, além disso, na análise estrutural do conto dos anos sessenta (cf. Barthes et alii, 1966), que, sem alterar a posição teórica dos formalistas russos, se preocupava no caso de redobrar o fio das funções narrativas e das ações com várias possíveis "expansões", julgadas não essenciais à estrutura profunda do conto. Sobre estes problemas cf. Segre (1974), Caprettini (1980, 1997), Marrone (1986), Fabbri (1998).

Pôquer e pesquisas

Tomemos um exemplo literário, particularmente oportuno com relação à definição teórica de estratégia que temos dado. Jim Nashe, o virtuose do pôquer descrito pelo romancista americano Paul Auster em *The music of chance*, é certamente um estrategista. Jim sabe muito bem que, de fato, a sua vitória depende, mais que das cartas que tem em mãos, das jogadas estratégicas de simulação e dissimulação que consegue provocar durante a partida:

O tabaco era um útil sustento e servia para impedir os seus adversários de observá-lo muito de perto, como se pudesse literalmente esconder os seus pensamentos atrás de uma nuvem de fumaça. O fundamental era ficar impenetrável, construir um muro ao redor de si e não deixar ninguém entrar. O jogo era alguma coisa além de apostar com base nas próprias cartas, era estudar as fraquezas dos adversários, ler nos gestos deles os possíveis tiques e as reações reveladoras. Uma vez que conseguia descobrir as constantes, a vantagem passava decididamente para a sua parte. Do mesmo modo, o bom jogador fazia qualquer coisa em benefício próprio para negar aquela vantagem aos outros⁷.

Bastam poucas linhas para delinear um enredo semiótico de grande complexidade, no qual se sobrepõem e se confundem múltiplos níveis: há, antes de tudo, o nível dos sujeitos pragmáticos, aquele no qual cada jogador tem nas mãos determinadas cartas (que constituem o seu poder-fazer); há, em seguida, o nível dos sujeitos cognitivos, aquele no qual esses mesmos jogadores constroem uma imagem do adversário, observando-o e interpretando os seus comportamentos; há, além disso, o nível dos sujeitos de representação, onde circulam as imagens que cada jogador constrói dos adversários; há, enfim, o nível dos sujeitos de simulação, construídos pelos sujeitos para fazer crer aos outros que têm em mãos algumas cartas ao invés de outras. Em torno dos pequenos gestos aparentemente insignificantes que acompanham o jogo, constrói-se, em suma, além da competência pragmática, relativa ao saber jogar, uma competência estratégica mais ampla, relativa à capacidade de observação e de interpretação dos movimentos dos adversários, e também à habilidade teatral de fazer crer a estes últimos o que não é necessariamente.

Fumar o cigarro, no texto de Auster, é um pequeno e aparentemente insignificante gesto que circunda o verdadeiro jogo, fundando-o: não se trata tanto do banal comportamento de quem, nervoso, tem necessidade de estar calmo para se concentrar, ou do gesto de quem, literalmente, envolve-se em uma nuvem de fu-

7. P. Auster, *La musica del caso*, Guanda, Parma, 1991, p. 68.

maça para impedir ao outro de sondá-lo na face. Mais sutilmente, fumar significa fingir estar distante em relação ao jogo, quando, na realidade, está se jogando para valer a partida; significa fingir estar nervoso e querer não demonstrar enquanto se tem a situação perfeitamente sob controle; significa fingir querer esconder o rosto em uma nuvem de fumaça para impedir o oponente de decifrar as suas expressões faciais enquanto nada do próprio rosto poderia trair o estado de ânimo no qual se encontra. Mas pode significar também — por que não? — dar a entender querer colocar em movimento uma complexa estratégia de impenetrabilidade enquanto se tem boas cartas na mão. E a vertigem que deriva daí é exatamente a impenetrabilidade que se queria obter.

Assim, o jogador de pôquer não é muito diferente do político que, por exemplo, conta vantagem por ter alcançado um percentual positivo em algumas pesquisas de opinião encomendadas por ele mesmo. Independentemente do valor efetivo destas pesquisas, ou dos métodos adotados na coleta dos dados, o que importa é o teatro estratégico de simulações e contra-simulações que esse político, no momento de falar, coloca em prática. É todo um jogo de antecipações sobre o futuro, do adiamento da ação em nome de uma pura exibição da própria (suposta) competência: há o nível pragmático do poder-fazer que aquelas pesquisas conferem ao Sujeito; há o nível cognitivo, pelo qual o Sujeito procura construir uma imagem do Anti-sujeito; há o nível da representação, pelo qual circulam na arena política os simulacros dos vários Sujeitos em jogo; há, enfim, o nível de simulação, pelo qual o sujeito faz ver ao Anti-sujeito uma imagem de si muito freqüentemente não correspondente ao seu ser. Tudo isso, obviamente, provoca uma certa reação do Anti-sujeito, que também irá encomendar pesquisas de opinião e contará vantagem sobre os resultados, desta vez, favoráveis a ele, ou responderá com outros movimentos e outras armas, por exemplo, exibindo um outro gênero de competência (“preferimos ações concretas”) ou metacomunicando sobre a estratégia do adversário (“quem conhece, na verdade, o que dizem as pesquisas?”).

Desse modo, o contraste político, como cada estratégia, pressupõe um acordo de fundo, não só sobre as regras pragmáticas do jogo, mas também sobre aquelas metaregras cognitivas que permitem a interpretação dos vários movimentos possíveis no interior do mesmo jogo, e também a exclusão dos movimentos impossíveis, errados ou incompreensíveis.

Parece evidente como as dinâmicas do universo político, muito além das substâncias expressivas empregadas para manifestá-las, são essencialmente estratégicas: a ação política pressupõe não só uma competência pragmática relativa ao saber e ao poder fazer concreto de cada Sujeito em relação aos seus objetivos especí-

ficos, mas também uma sutil competência estratégica, considerando a interpretação dos movimentos dos Anti-sujeitos e a construção de uma imagem de si para fornecer aos seus Anti-sujeitos, antes mesmo que aos cidadãos. E isto diz respeito, obviamente, não somente aos políticos, entidades individuais e antropomórficas, mas a qualquer *actante* que intervenha com o papel narrativo de Sujeito ou Anti-sujeito, seja de tipo coletivo (um partido, um movimento, um sindicato, etc.) ou abstrato (uma instituição, um cargo político, etc.)⁸.

Critérios de delimitação

Isso não significa, naturalmente, que a atividade política é uma estratégia como todas as outras, e que por isso o discurso político é, de fato, comparável, por exemplo, ao discurso bélico ou ao do marketing e da publicidade. No interior do vasto campo da racionalidade estratégica, é importante procurar caracterizar as estratégias propriamente políticas, ou seja, o que distingue as dinâmicas de uma batalha, ou de uma certa situação de mercado, daquelas do Parlamento ou do Governo.

Não se trata, neste contexto, de fornecer uma definição da política ou do discurso político, e nem ao menos de especificar os limites e os relativos obstáculos entre a atividade bélica e a política, de um lado, ou entre a política e o marketing, de outro. Trata-se de reconstruir os critérios gerais através dos quais uma determinada sociedade, refletindo a si mesma nos próprios discursos (políticos e metapolíticos), considera uma certa atividade como propriamente política e uma outra como apolítica. Quais são as dinâmicas e as razões semióticas pelas quais, por exemplo, certas realidades ou certas forças sociais (os ecologistas, as mulheres, os homossexuais, os negros...) são consideradas realidades ou forças genuinamente políticas? Quais são os processos pelos quais, em um dado momento, determinadas forças políticas (a extrema esquerda, a extrema direita) têm a permissão para entrar no debate (e no confronto) em curso no interior do discurso político? Por meio de quais critérios, enfim, o discurso político autodelimita os próprios limites, alargando-os e restringindo-os continuamente?

Em termos semióticos, podemos indicar três tipos de critérios⁹.

1º) Critérios do tipo *sintático*, relativos à articulação das ações e das reações presentes na arena política. Se o discurso político “realiza certos tipos de atos sociais que transformam as relações intersubjetivas” (Landowski, 1989: 9 tr. it.), colocan-

8. Para uma análise aprofundada de um caso específico das estratégias eleitorais, cf. Grandi et al. (1995).

9. A seguinte tripartição foi proposta por Landowski (1989).

do-se como um “discurso em campo” (Fabbri e Marcarino, 1985: 9) pelas valências de tipo narrativo e estratégico, é evidente que esta transformação narrativa das relações sociais apresenta uma estrutura sintática, se não específica, pelo menos típica. Diferentemente de outras formas de narração, onde cada programa estratégico visa a um objetivo predeterminado, a partir do qual cada ação singular e cada singular resistência adquirem o próprio significado, na narração política, o objetivo torna-se muito freqüentemente evanescente, quando não desaparece de todo. Em termos técnicos, podemos dizer que a progressiva multiplicação do fechamento dos programas de ação tende a fazer perder de vista o programa narrativo de base, que torna possíveis, senão absolutamente necessários, todos os outros programas de uso.

Tomemos o exemplo do dia 7 de outubro de 1996, na qual a notícia política do dia, trazida por todos os telejornais italianos, era a de que Massimo D’Alema, então secretário do Partido Democrático da Esquerda, dá início a algumas consultas entre as várias forças políticas para criar uma comissão parlamentar, nas duas câmaras, que expusesse uma série de reformas institucionais necessárias ao melhoramento na gestão da Coisa pública. À primeira vista, parece a estrutura de uma clássica fábula folclórica: há um herói que parte em direção a um outro reino, no qual lutará com uma série de antagonistas, deverá vencê-los para reparar o dano sofrido e ser premiado pelo seu trabalho positivo. Em termos semióticos, dizemos que D’Alema (Sujeito operador) tem como programa narrativo a união do País (Sujeito de estado) com as reformas institucionais (Objeto de valor); para levar a termo esse programa de base, ele deve realizar um programa de uso: a criação da comissão das duas câmaras (valor modal: poder-fazer) e a sua conjugação com ela. Mas as coisas não são absolutamente tão evidentes: olhando mais de perto, as grandes estratégias cedem logo lugar às táticas mais sutis e o programa de base é esquecido em nome do programa de uso, que acaba por se tornar o verdadeiro programa de base, com prejuízo para o Objeto de valor inicial, com o qual o Sujeito de estado não consegue nunca conjungir-se: a formação da Comissão das duas câmaras é Objeto modal (“poder-fazer as reformas”) somente no plano do parecer; ela é, ao contrário, Objeto de valor final (“encontrar o acordo entre as várias forças políticas”) sobre o plano do ser. Mais: aquela que no plano do parecer pode ser definida como uma forma de sanção positiva — a Presidência da comissão para o próprio D’Alema — resulta, ao contrário, segundo os telejornais, no verdadeiro Objeto de valor procurado pelo Sujeito operador D’Alema.

2º) Aqui estão, pois, estreitamente ligados aos primeiros, critérios de tipo *semântico*, relativos em particular às modalidades narrativas que, mais que outras, entram em jogo nas estratégias políticas. Enquanto nas estruturas narrativas *stan-*

dards há um conjunto muito rico de modalidades (/querer/, /dever/, /poder/, /saber/, com as relativas sobreposições: /querer-saber/, /poder-saber/, /dever-saber/ etc.), na narração política, é central, obviamente, a modalidade do /poder/, que se torna, conforme já mencionado, sempre menos um instrumento para a obtenção de valores seguintes e sempre mais um valor em si. Se a atividade política se concentra, por definição, em torno do problema da gestão do Poder, parece muito evidente como tal gestão é descritível, nos termos de uma semiótica narrativa, como circulação da modalidade do /poder/ entre os vários Sujeitos e Anti-sujeitos que se enfrentam na arena política. A aquisição, a perda, a recuperação e a passagem do /poder/ entre os actantes políticos dita o modo pelo qual estes mesmos políticos constituem a sua existência semiótica enquanto sujeitos virtuais, atuais ou realizados, existência em perene transformação no curso da narrativa política (Landowski, 1977).

3º) Há, enfim, critérios de tipo *pragmático*, mesmo porque é desfocada, em política, a distinção entre programas de base e programas de uso, de modo que a luta pelo Poder instaura a modalidade do /poder/ como sustentáculo da ação, não havendo quase nunca, como consequência das várias provas narrativas, uma verdadeira vitória. Diferentemente das narrações e das estratégias tradicionais, nas quais quase sempre o momento final é aquele em que o herói é premiado ou punido pela sua conduta, a narração política é, por definição, uma *história infinita*, na qual as sanções que também estão presentes nela (o momento eleitoral, a concessão de um cargo de governo) acabam por tornar momentâneas outras tantas etapas de uma luta pelo Poder que nunca tem fim.

Insere-se aqui um dos mecanismos constitutivos do discurso político (Landowski, 1982: 169-170). Por um lado, os políticos tendem a apresentar-se (ao eleitorado, mas também aos próprios adversários) como sujeitos já competentes, perfeitamente dotados das habilidades indispensáveis para gerir a Coisa pública, ou seja, providos daquela modalidade do /poder/ que vimos necessária para chegar ao Poder (“eu sei como se faz: dêem-me a posse formalmente e eu o farei”). Por outro lado, porém, uma vez alcançado esse Poder, os mesmos políticos começam logo a declarar insuficientes os meios que foram conferidos a eles para operar; eles reafirmam, assim, a necessidade de reforçar o /poder/ do Poder, requerendo uma espécie de suplemento de competência modal (“deste modo não podemos governar”). Alterando a lógica narrativa, o político aparece, num primeiro momento, como um *sujeito atual*, pronto para a ação, e, num segundo momento, não tanto como um *sujeito realizado*, mas como um *sujeito virtual*, isto é, ainda necessitado de adquirir as modalidades necessárias para agir. Mas é uma alteração apenas aparente: não se trata, de fato, de um retrocesso na processualidade da narrativa política, mas de

um novo lance da própria narrativa: o sujeito é real em relação ao programa de ação que se tinha pré-fixado, mas ao mesmo tempo é virtual em relação ao programa de ação sucessivo que se encontra na iminência de ser realizado. Daí a idéia segundo a qual “não há, em política, estatutos adquiridos e definidos de uma vez por todas, mas percursos modais que submetem a competência semiótica dos protagonistas a um perpétuo movimento de oscilação” (Landowski, 1982: 167).

Estes três critérios de especificação das estratégias narrativas da política — sintático, semântico, pragmático — não desenham, todavia, se observarmos bem, limites nítidos e definitivos. A multiplicação dos programas de ação, a acentuação da modalidade do /poder/ e o infinito relance narrativo são características presentes em muitos outros tipos de estratégia, a ponto de poderem ser especificados como propriedades típicas da racionalidade estratégica em geral¹⁰. Aquilo que em cada caso é relevado é que no interior do universo político esses três traços estão, por assim dizer, enfatizados no que diz respeito ao fazer estratégico, levados às extremas conseqüências desse fazer, a ponto de se tornarem constitutivos do discurso político enquanto tal. O discurso político aparece como uma espécie de atividade *lúdica*, que nega cada forma de imediata instrumentalidade e que se apresenta como potencialmente infinita, de modo que cada programa de ação, objetivando a um fim, está tanto sobredeterminado (por um programa estratégico que visa tornar inofensivo o inimigo) como multiplicado (por programas que partem à procura do posterior /poder/)¹¹.

A função do metadiscurso

Um outro problema a ser considerado na abordagem do discurso político, como forma particular de estratégia, é o do papel dos metadiscursos políticos. Assim como a metalinguagem é uma das tantas funções comunicativas presentes na língua, e não somente um instrumento de análise externa de tipo científico, do mesmo modo os discursos que falam do discurso político são muito freqüentemente internos a ele e agem como outros tantos movimentos estratégicos postos em prática com

10. Cf., em particular, Parret (1990).

11. Esta perene sobreposição de programas de ação, como recordam Fabbri e Marcarino (1985: 16-18), não pode deixar de colocar em movimento mecanismos do tipo passional, tais quais as modalidades relativas ao fazer (competência modal) multiplicando-se em modalidades relativas ao ser (existência modal). Assim, por exemplo, um /querer-fazer/ para conjungir-se com o /poder/ pode ser visto pelo sujeito político, ou pelos seus observadores, como um /querer-ser/ potente, e desencadear paixões como a ambição, a desconfiança, o entusiasmo, etc.

fins bem precisos. Em outros termos, o caráter performativo da comunicação política não é somente uma noção semiótica construída pelo estudioso, mas faz parte da competência discursiva dos sujeitos políticos, de modo que um dos temas mais freqüentes do discurso político acaba por ser o próprio discurso político.

Sabem bem disso, por exemplo, Lionel Jospin e Jacques Chirac, que concentram grande parte da sua luta política em torno do problema da posse da comunicação:

Jospin e Chirac travam discussões ferrenhas sobre a Europa enquanto esquecem a presidência francesa? Talvez não, mas se diria que a tensão fica incubada. Quinta-feira, Pierre Moscovici — um dos raros ministros (Negócios Europeus) com a língua comprida — colocou fogo em pólvora. Interrogado sobre a eurovisão de Chirac — destacada na histórica mensagem do Encontro de Bundestag — respondeu: “É um discurso importante, mas não é aquele das autoridades francesas”. O Eliseu falaria, portanto, a título pessoal, enquanto o governo Jospin encarna a titularidade política dando a linha oficial. Isto, pelo menos, compreenderam os presentes. E não é coisa recente. Jospin e Chirac proclamam desde sempre que “a França fala em uníssono” sobre a cena europeia e mundial, confinando ao plano interno as inevitáveis querelas entre uma presidência de Centro-Direita e um executivo rosa-vermelho-verde. (...)

O Eliseu reagiu com firmeza: “O Presidente da República se expressou oficialmente”, observava ontem a sua porta-voz, Catherine Colonna. “A França fala com uma só voz e a presidência francesa da União Européia não faz mais que reforçar tal exigência”. Perfila-se, em suma, um possível braço de ferro no executivo francês, tendo em vista as amplas prerrogativas de Chirac, sobretudo em política externa. O nó principal é o desenvolvimento de integração entre os Quinze. Como, quando, e com qual dosagem? A euro-Constituição não é mais um tabu absoluto para a política francesa, mas um novo lance de Chirac. Decidido a comandar a batalha para o adiamento institucional da União Européia, ele encontra uma reticência difundida entre os segmentos socialistas. Na cúpula franco-alemã de Magonza, em 9 de junho, Lionel Jospin tinha definido — com prudência aparentemente excessiva — como “saudável” a campanha do alemão Fischer a favor do federalismo. Desde então, o premier evita cuidadosamente se aventurar sobre o tema. Quase uma esfinge. Não que seja necessariamente hostil a desenvolvimentos significativos no quadro europeu. Mas acusaria Chirac — segundo “Le Monde” — de ter dado a partida muito cedo. Erro tático, portanto. Na realidade, dir-se-ia que Jospin tolera a iniciativa chiraquiana. Pegando-o de surpresa na abertura para a Europa, o Eliseu já têm uma vantagem considerável. Quanto ao premier, cabe a ele seguir, apesar de no seu programa eleitoral figurarem reformas substanciais para a UE. A Esquerda acusa portanto o golpe, deixando o adversário ganhar espaço diante da opinião pública francesa sobre um tema — a Europa — fundamental para vencer as Presidenciais 2002. Não faltam, todavia, as conseqüências negativas sobre o cenário internacional. Com o seu relativo consentimento aos avanços alemães, o Eliseu relança — deixando em segundo plano o premier — a chama entre as duas capitais. Jospin espera que se queime. Mas não diz. Em todo caso, precisará também encontrar uma unidade — ao menos de fachada — nos próximos seis meses. Paris é muito ambiciosa para colocar em risco o seu programa. Duas são as opções: reforma de base ou Europa a duas velocidades. Na espera, o Eliseu e Matignon poderão conceder-se escaramuças, não um verdadeiro duelo (“La Stampa”, 1 de julho de 2000).

O cenário é claro: a rivalidade entre os dois mais respeitáveis políticos franceses do momento parece versar mesmo em torno da tomada da palavra e, sobretudo, da discussão sobre a função estratégica que isso representa no cenário político europeu. Em outros termos, segundo o artigo citado, Chirac e Jospin, apesar de pertencerem a duas frentes opostas (de direita, o primeiro; de esquerda, o segundo), têm substancialmente a mesma opinião sobre o modo de gerir a política europeia. O que os divide profundamente é, por assim dizer, a hierarquia comunicativa, ou seja, qual dos dois deve falar primeiro em nome do País: pode o Presidente da República Chirac declarar diretamente a política externa da França ou sobre este tema deve deixar a palavra para o Chefe do Governo, Jospin? Além das evidentes respostas opostas dadas pelos dois personagens, esta mesma pergunta torna-se imediatamente matéria de discussão, ou seja, de confrontação política. E eis que intervêm sobre a questão, ainda antes mesmo dos protagonistas, o ministro “com a língua comprida”, Moscovici (que está do lado de Jospin); a porta-voz do Presidente, Colonna (que fornece o ponto de vista de Chirac); o jornal “Le Monde” (também favorável a Jospin) e, obviamente, o enunciador do artigo, ou seja, o jornal “La Stampa” (que parece dar razão a Chirac). Tudo, obviamente, visto, de um lado, da eminente presidência francesa da União Européia e, de outro, das eleições presidenciais francesas que acontecerão em 2002.

Em termos semióticos, dir-se-ia que os dois actantes profundos da narração, Sujeito e Anti-sujeito, são traduzidos discursivamente por um certo número de atores (Jospin, Moscovici e “Le Monde” de um lado; Chirac, Colonna e “La Stampa” de outro), que são, por sua vez, variavelmente refigurativizados (cargos políticos, porta-vozes, jornais). Tais actantes colocam em operação dois programas narrativos que se cruzam entre eles, um na escala europeia (o federalismo) e outro na escala nacional (a vitória das eleições presidenciais), onde o primeiro parece ser instrumental ao segundo e onde o sujeito modal, que fornece o /poder-fazer/, é manifestado sob a forma de prioridade comunicativa, de direito à palavra. A sustentação da narrativa se desloca então do Objeto final (a Presidência da República) ao Objeto modal (poder-falar), em torno do qual se exercitam as performances somáticas e lingüísticas dos sujeitos em jogo.

Mas este *enunciado narrativo* está condicionado a uma *enunciação discursiva* mais ampla: esse confronto travestido de debate, onde a manutenção da “face”¹² e a gestão do Poder são a mesma coisa, transforma, por força das coisas, “a opinião

12. O problema dos “jogos das faces”, analisado por Goffman (1967) é, obviamente, fundamental em política.

pública francesa”, em nome da qual os dois políticos tomam (ou perdem) a palavra, mas, sobretudo, diante do julgamento desta mesma opinião pública, eles apresentam seu ato sêmio-político. A política se organiza como um verdadeiro espetáculo, onde o que acontece em cena é sempre em função de um certo número de espectadores que, na platéia, conserva o direito de aplaudir ou de vaiar, de sancionar, ora positivamente ora negativamente, as ações dos heróis e dos anti-heróis que lutam entre si.

É assim que a explorada metáfora da política como espetáculo, freqüentemente utilizada para assinalar uma espécie de inevitável degradação da prática política genuína, torna-se útil para descrever a articulação discursiva da narração política, de modo a encontrar para cada sujeito envolvido um preciso lugar estratégico e uma conseqüente função semiótica. Da esfera dos juízos de valor, a idéia do espetáculo político migra para a dos juízos de fato.

DESTINATÁRIO OU DESTINADOR?

Quais são, portanto, os atores que se distribuem no espaço cênico da política? Além das personagens empíricas que se apresentam na arena política, pessoas “em carne e osso” que fazem coisas e emitem palavras, quais e quantos são os sujeitos narrativos no discurso (pragmático e comunicativo) de tipo político? Ocorrem na ação política formas de subjetividade que, mesmo de natureza imaginária ou simbólica, revestem algum tipo de função semiótica?

Um modelo teatral

Analisando as crônicas políticas de dois importantes jornais franceses, “Le Monde” e “Le Figaro”, Landowski tem procurado responder a essas questões reconstruindo o sistema cenográfico implícito que rege a argumentação (Landowski, 1989: 21-55 tr. it.). Tal estrutura, segundo o estudioso francês, retoma o modelo cênico presente na tragédia antiga e é representável através deste esquema:

Koilon	Orquestra		<i>Logheion</i>
espectadores	coro	corifeu	<i>hypokritai</i>
“público” “governados”	“opinião”	“porta-voz”	“classe política” “governantes”

Nos teatros gregos, como é sabido, entre o *logheion* (onde representam os atores) e o *koilon* (onde são colocados os espectadores) existe a zona da *orquestra* (onde geralmente está situado o coro). Essa posição cenográfica intermediária exprime a função de mediação exercida pelo coro no interior da representação trágica: por um lado, como os espectadores, o coro observa e comenta o que acontece em cena e, por outro, como os atores, mesmo sem viver as peripécias trágicas em primeira pessoa, participa na ação cênica, freqüentemente determinando o desenvolvimento. O coro é (relativamente) ativo aos olhos dos espectadores que assistem às suas *performances*, mas (relativamente) passivo em relação aos próprios atores, que são observados por ele; é personagem mesmo sem ser herói, testemunha sem ser espectador.

O coro assume, assim, na representação trágica antiga, um papel muito semelhante àquele que é desenvolvido, no interior da estrutura narrativa profunda, pelo actante chamado *Destinador*, figura que, no início da história, fornece ao sujeito-herói os valores pelos quais agir e, no final, julga o seu ato sobre a base daqueles mesmos valores¹³. Mas se esta função de manipulação e sanção exercida pelo coro torna-se possível, é porque no seu interior se destaca uma personagem que toma a palavra para si: o corifeu. É graças ao corifeu que, por um lado, os espectadores são informados sobre aquilo que acontece em cena, e por outro lado, os heróis trágicos também são informados daquilo que o público pensa a respeito da atuação deles.

Não muito diferente é a forma profunda da narrativa política caracterizada por Landowski. De um lado está a classe política, “os governantes”, que aparecem enquanto desenvolvem as suas atividades; de outro lado está o público “dos governados”, que assiste ao espetáculo político. Mas, na metade do caminho entre estes

13. A figura narrativa do Destinador retoma em parte aquela que Propp (1928), trabalhando com as fábulas russas de magia, chamava a esfera de ação do Mandante, ou seja, aquele que envia o herói para resolver o Prejuízo sofrido. Segundo Greimas (1983) (cf. também Greimas e Courtés, 1979), o Destinador é um actante narrativo que, colocado em uma esfera hierarquicamente superior em relação àquela dos sujeitos narrativos do tipo pragmático, insere na narrativa os valores sobre a base dos quais se desenvolverá a ação. Ele é, portanto, um actante cognitivo que, em uma fase inicial do acontecimento (chamado “contrato” ou “manipulação”), fornece ao Sujeito as modalidades do /querer/ ou do /dever/ e, na fase final (chamada “sanção”), julga a ação do Sujeito com base nos valores que este deveria ter honrado. Tratando-se de um actante, ou seja, de uma figura narrativa profunda, pode acontecer que, em nível da narrativa manifestada, o Destinador seja personificado por muitos atores, como no caso em que, por exemplo, quem manipula e quem sanciona são duas ou mais personagens diferentes. Veremos como tal figura é fundamental para a compreensão das dinâmicas dos discursos sociais contemporâneos.

dois sujeitos, como a mediar (e talvez a fundar) a relação recíproca entre eles, coloca-se a Opinião pública, objeto semiótico por excelência, de natureza imaginária, contudo, extremamente eficaz do ponto de vista discursivo. A Opinião pública, diz Landowski com as palavras de Frege, tem um sentido (*Sinn*) mesmo sem ter uma referência (*Bedeutung*): não existe como sujeito positivo, “em carne e osso”, todavia reveste uma função essencial de intermediação entre a classe política e o público. Mesmo sem se identificar nem com os governantes nem com os governados, a Opinião pública é — no discurso político e sobre a política — uma espécie de personagem fictícia que faz conhecer a alguns as exigências do público e ao mesmo tempo explica aos outros o significado das ações da classe política. Pensa-se em enunciados (muito freqüentes) do tipo:

Cedendo às pressões dos grupos ecologistas sustentados por amplos setores da opinião pública, as autoridades renunciaram a... (“Le Monde”, 3 de novembro de 1978).

Esta entrevista coletiva é endereçada a dois níveis. O primeiro, senhoras e senhores jornalistas, é o vosso [...]. E o outro nível é o da opinião pública, diretamente através dos grandes meios de informação, indiretamente através da carta publicada (“Le Figaro”, 15 de junho de 1978).

Mas lembre-se também o que sustentava o artigo acima mencionado do “La Stampa”:

A Esquerda acusa, portanto, o golpe, deixando o adversário ganhar espaço diante da opinião pública francesa sobre um tema — a Europa — fundamental para vencer as eleições de 2002.

Nestes três exemplos, tomados ao acaso entre as inumeráveis possibilidades¹⁴, é fácil ver como a Opinião pública assume papéis variáveis, mas muito nítidos. No primeiro caso, trata-se de um sujeito protagonista que, de acordo com outras forças políticas, exercita uma pressão sobre as autoridades, a ponto de determinar os seus comportamentos. No segundo caso, trata-se de um sujeito destinatário de uma ação comunicativa, que, através da mídia, vem a conhecer o quanto um político lhe quer fazer saber. No terceiro caso, enfim, as coisas são mais complexas: se

14. O estudo da opinião pública, da qual Mazzoleni (1998: 325-334) fala somente na conclusão da sua síntese sobre comunicação política, não é pacífico entre filósofos da política e sociólogos, que, geralmente, sublinham a sua forte complexidade, quando não discutem verdadeiramente a sua pertinência teórica ou sua existência ontológica. Para uma síntese das principais posições engajadas neste debate (Lazarfeld, Lippmann, Habermas, Luhmann, Bourdieu, Baudrillard, etc.) e sua redefinição à luz das atuais conjunturas políticas e midiáticas, cf. Cristante (1999).

em certos sentidos a Opinião pública tem ainda o papel de um destinatário do espetáculo político, em outros é um sujeito ativo no futuro próximo, que, no momento das eleições, presume-se, exercitará uma precisa sanção do que vê se desenvolver em cena.

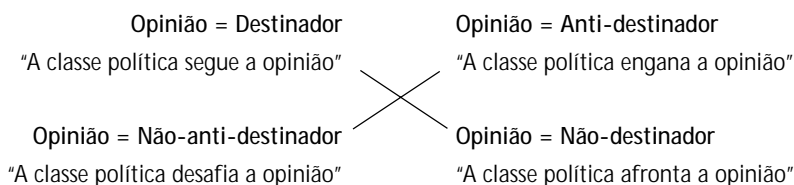
Está determinado, portanto, o sentido de uma noção (e de um termo) sobre o qual filósofos e sociólogos há muito se interrogam: colocando entre parênteses a questão da existência da Opinião pública e, portanto, da função manipuladora frequentemente exercida pelas pesquisas ao criá-la e ao dirigi-la para seus usos e consumo, a análise sociosemiótica coloca, ao contrário, o problema de entender o papel narrativo que ela possui, com referência a outros sujeitos, no interior de um discurso político mais amplo. Vê-se assim, dos exemplos citados, que a Opinião pública é apresentada em todos os casos como um *actante cognitivo* que, propondo ou dominando os valores em jogo, *faz-fazer* aos governantes determinadas coisas e *faz entender* aos governados o sentido destas mesmas coisas. Trata-se, justamente como o coro trágico antigo, de um Destinador que, como diz o próprio termo, determina os destinos dos sujeitos políticos, colocando em movimento os seus programas de ação e julgando sua efetiva e correta realização.

Diferentemente da tradição retórica, que entende a *doxa* como uma espécie de competência passiva do destinatário da comunicação política, segundo Landowski, a Opinião pública que intervém como personagem no discurso político atual é, antes, um Destinador, que possui uma forte *competência persuasiva* nos confrontos dos governantes (levando-os a fazer o que ela quer) e uma outra igualmente importante *competência interpretativa* nos confrontos dos governados (levando-os a pensar no que ela considera justo). Neste sentido, mais que ser — como geralmente se julga — uma figura submetida à persistente manipulação (dos media, das pesquisas, dos mesmos políticos), o actante Opinião pública aparece no espetáculo político como um sujeito que, pelo menos tendencialmente, manipula outros sujeitos.

Combinatória narrativa

Surge aqui uma série de possibilidades narrativas dadas pelo encontro-desencontro entre a classe política e seu potencial Destinador: os governantes, de fato, podem aceitar o quanto é proposto a eles pela Opinião pública, mas podem também se recusar a dar-lhe ouvidos, adotando em seus confrontos uma série de posições diversas, de aceitação ou de não aceitação, mais ou menos fortes. Em termos semióticos, dir-se-á, portanto, que — em relação ao sujeito narrativo principal

que, por convenção, é a classe dos governantes — no discurso político atual a Opinião pública pode assumir quatro diferentes possibilidades de papéis, dadas pela projeção de tal noção sobre o chamado quadrado semiótico¹⁵:



1º) O primeiro caso é aquele no qual a Opinião pública é considerada pela classe política como um verdadeiro Destinator, ou seja, como o portador de valores julgados positivos. Desse modo, os governantes vão agir, constantemente, não tanto, ou não somente, na base de estratégias ligadas, por exemplo, à legalidade ou à racionalidade, mas, sobretudo, à *oportunidade*, ao respeito tático do que pensa e quer o povo. Essa elevação dos valores oferecidos pelo Destinator tem, às vezes, uma função declaradamente estratégica, enquanto o /querer/ da Opinião pública pode ser adotado para justificar comportamentos e decisões que pessoalmente não se desejariam assumir. Observe-se afirmações do tipo:

O ministro da Justiça declara que é contra a pena de morte, mas que é preciso mantê-la porque a opinião é favorável a ela ("Le Monde", 8-9 de outubro de 1978).

Eu não anunciara que a liberação dos preços industriais se faria em algumas semanas para não inquietar a Opinião pública, declarou Monory, ministro da Economia ("Le Monde", 11 de agosto de 1978).

Neste quadro, a Opinião pública assume um papel especular àquele do mandante, tornando-se juiz da ação política. Assim:

Segundo o projeto de lei básica sobre as coletividades locais, o prefeito seria responsável diante dos tribunais administrativos da legalidade de suas decisões e, diante da opinião pública local, de sua oportunidade. (Le Monde", 29 de novembro de 1978).

2º) Complementar é a posição na qual a Opinião pública assume o papel de Não-anti-destinator. Neste caso, a classe política assume uma postura de desafio

15. A proposta de articular a noção de Destinator segundo o quadrado semiótico se encontra em Greimas (1976).

nos confrontos daquele que deveria ter sido o próprio Destinator, o qual poderá se apresentar como tal só em determinadas condições. Assim, pode acontecer que os governantes façam referência a uma espécie de Meta-destinador, como por exemplo a Nação, que por sua vez fornece os próprios valores à Opinião. Daí uma espécie de cadeia:

O dever dos que a nação escolheu para governar não é seguir cegamente a opinião pública, mas orientá-la, precedê-la, até mesmo [...] violentá-la ("Le Monde", 15-16 de outubro de 1978).

Ou pode acontecer simplesmente que se revele necessário destacar a vontade da opinião, todavia reconhecendo a importância e, portanto, a necessidade de educá-la:

[M. Rocard] é um dos raros, em seu partido, a desafiar a impopularidade repetindo incansavelmente que as leis da economia têm sua própria lógica ("Le Figaro", 13 de outubro de 1978).

Se, no primeiro caso, enfim, estávamos no reino de uma espécie de *mística social*, segundo a qual se obedecia cegamente a uma figura de quem se aceitava a indiscutível superioridade, aqui estamos, ao contrário, no âmbito de uma *pedagogia política*, onde — correndo os (calculados) riscos da impopularidade — coloca-se o objetivo de "esclarecer" uma Opinião pública substancialmente incompetente sobre a base de valores outros:

O país dorme num sonho. É preciso fazê-lo sair dele antes que este sonho se torne um pesadelo [...]. O governo não tem a coragem de dizer claramente que o tempo da facilidade já passou [...]. O dever premente [dos poderes públicos] é, doravante, o de esclarecer a opinião ("Le Monde", 27 de outubro de 1978).

Assim, seja no primeiro, seja no segundo caso, o Destinator é tido em absoluta consideração pela classe política, que confia o sentido da própria ação a esta figura tão abstrata quanto superior: "Também quando a opinião cessa de ser considerada a única fonte de saber sobre os valores, revelando-se, ao contrário, 'naturalmente' predisposta ao erro, [ela] fica também susceptível de ser reconduzida à 'verdade' e de voltar a ser [...] a instância competente para estreitar com o sujeito político uma relação de ajuda fundada na partilha do 'verdadeiro saber'" (Landowski, 1989: 45 tr. it.). Estamos, portanto, no interior das narrativas do tipo apologético, onde a prática política está amplamente justificada pelo discurso que versa sobre ela — um discurso que, como dissemos acima, pode ser entendido exatamente por esse motivo como uma forma mais sutil e mais eficaz de ação política.

3º) Os outros dois casos são diametralmente opostos: quando a Opinião pública torna-se não mais o Destinator do Sujeito operador, mas o seu Anti-destinador e, dessa forma, a portadora de valores por este contrariados, as coisas assumem uma outra perspectiva. Da apologia passa-se à aberta denúncia da ação da classe política que, demagogicamente, engana a Opinião, ou, no melhor dos casos, afronta-a, manipulando-a.

Naquilo que diz respeito ao engano, eis um exemplo entre tantos:

Várias organizações do mundo judiciário reuniram-se[...] para denunciar [o] condicionamento da opinião contra a defesa, capaz de justificar uma concepção autoritária da justiça [...] Depois do condicionamento da opinião pública, assistiremos amanhã a perseguições disciplinares ("Le Monde", 25-26 de junho de 1978).

Mas trata-se sempre efetivamente de uma denúncia? Ao observarmos bem, as coisas são um pouco mais complexas. Segue um raciocínio deste tipo:

Já que os juízes da aplicação das penas são tidos como demasiado inexperientes e demasiado progressistas [...] reduzir-se-á o seu poder [...] Qualquer projeto [de lei sobre a execução das penas] inspira assim [...] a desconfiança em relação à justiça e à complacência para com a fração repressiva de uma opinião pública mal informada [...] Em última análise, trata-se apenas de uma operação política. O projeto é destinado tão somente a dar aos seus autores, diante de uma opinião pública amedrontada, os traços da firmeza ("Le Monde", 4 de outubro de 1978).

Analisando bem, a argumentação é muito sutil: de uma parte critica-se o comportamento da classe política que, para dar de si uma imagem de firmeza, reduz o poder dos juízes, aprovando uma lei sobre a execução das penas: de outra parte, porém, a classe política não age com base em decisões próprias, mas somente para agradar uma Opinião pública (ou uma "parte" dela) que é "repressiva" (no plano pragmático), "desinformada" (no plano cognitivo) e "amedrontada" (no plano passional). Em outros termos, que outra coisa teria podido fazer realmente o governo? Teria podido — recorrendo a um fazer pedagógico como aquele antes evocado — modificar uma Opinião tão radicada em todos os planos, negando o seu papel narrativo, transformando-a de Anti-destinador em Não-anti-destinador? Como consequência, "o demagogo é culpado somente pela metade" (Landowski, 1989: 47 tr. it.), dado que a Opinião revela-se mais uma vez como o grande manipulador do Poder, a sua eterna justificação.

4º) O quarto e último caso confirma o domínio absoluto da Opinião no discurso político. Aparentemente, no momento em que a Opinião pública assume a função

actancial do Não-destinador, encontramos-nos diante de uma situação enfrentada pela classe política com as mesmas armas geralmente usadas, alegando motivações e valores de outra natureza (racionalistas, legalistas, nacionalistas, religiosas, etc.) Assim, a classe política e a Opinião se enfrentam como dois sujeitos adversários, ambos dotados de /poder/, no plano pragmático. Mas, com efeito, trata-se de um confronto de resultado relativo. Escreve Landowski:

A relação das forças em presença é tão desigual que o resultado de um tal afrontamento não dá margem a dúvidas. De fato, tudo sucede como se transformar o 'Poder' no adversário declarado da Opinião pública não tivesse outra razão de ser, do ponto de vista narrativo, senão ilustrar, pelo apólogo de uma luta perdida de antemão, a existência de uma relação fundamental de dominação exercida pelo actante social Opinião pública sobre qualquer outra instância política individualizada (governo, assembléias, partidos, etc.). Daí a "força incoercível" infalivelmente atribuída à opinião pública, assim que ela aparece em posição de não-destinador (Landowski, 1989: 48-49 tr. it. modificada).

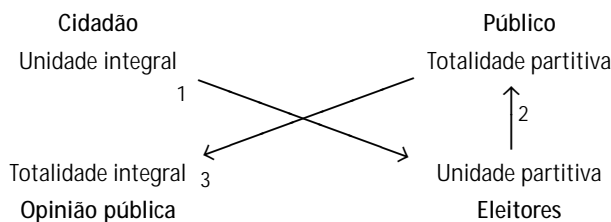
Duas formas de totalidade

Para compreender realmente o mecanismo profundo que rege o discurso político moderno, é preciso ter claro que esta "força incoercível" da Opinião pública, exercida nos confrontos da classe política, não conduz a uma forma qualquer de democracia. Não estamos, de fato, na presença de um povo que dita as próprias idéias e os próprios valores aos governantes que, de seu lado, executam-nos. Como já assinalava o esquema do modelo teatral que trata da distinção entre os vários espaços cênicos, já nos encontramos diante de uma fundamental distinção: aquela entre o *público*, de um lado, massa amorfa de puro valor numérico, e a *Opinião pública*, de outro, entidade formada através de uma série de características. Em outros termos, o discurso político, construindo as próprias formas espetaculares, distingue duas instâncias diversas, separando o momento da decisão eleitoral daquele da pressão política sobre os grupos dirigentes. Daí afirmações como:

Durante os três anos, o chefe do Estado não deverá tratar com os eleitores, mas com a opinião, relevada pelas pesquisas dos institutos e expressas pelos jornalistas. É a esta que ele se dirige [...] ("Le Monde", 16 de junho de 1978).

Assim, os eleitores estão na platéia, onde, na melhor das hipóteses, assistem ao que acontece no palco (e na orquestra), exceto quando se exprimem ciclicamente, no chamado segredo da urna, como *totalidade partitiva*, ou seja, como conjuntos de indivíduos nomináveis nos termos de simples porcentagem. A Opinião pública,

ao contrário, entre a platéia e o palco, manifesta-se, de fato, como uma sub-reptícia transformação da totalidade partitiva do público em *totalidade integral*, ou seja, como um verdadeiro “actante coletivo” com características internas próprias¹⁶. Logicamente, é como se a Opinião pública, por existir no discurso, indicasse a pressuposição de um percurso transformativo deste tipo (que fica de todo implícito, se não absolutamente escondido):



No discurso político, o cidadão, unidade integral, está antes de tudo transformado em unidade partitiva, reduzido a eleitor que existe e age enquanto simples entidade, número. Em segundo lugar, mesmo enquanto eleitor, ele tem sentido somente na massa dos outros eleitores, existe como número entre os números, portanto, como coletivo. Enfim, é este o movimento fundamental. A totalidade partitiva dos eleitores, para continuar a exercer um papel qualquer no teatro político, deve delegar o próprio e efêmero poder a uma entidade rica de características próprias, ou seja, a uma totalidade integral.

Assim, a Opinião pública nasce como *lógica e implícita negação do público*, com um movimento que se revela e, ao mesmo tempo, se esconde, apresentando como resultado de uma afirmação (“reivindicamos a palavra”) o que, em efeito, é resultado de seu total e calculado cancelamento. A Opinião pública não é, portanto, a expressão política do cidadão como unidade integral, a entidade semi-institucional que dá voz à chamada sociedade civil, mas o resultado de um complexo e sub-reptício trabalho de cancelamento do mesmo cidadão, que não só é reduzido a entidade partitiva, mas é até privado do único poder que lhe restou: o do voto. Quem diz agir em favor (ou falar em nome) da Opinião pública, elevando-se a paladino do povo, perpetua esta dupla remoção, agindo como silencioso monopolizador de /poder/ puro.

16. Retomamos este esquema de construção do actante coletivo de Greimas (1976).

Porta-voz e público

Inscrevem-se aqui os últimos elementos do esquema cênico: os porta-vozes da Opinião pública e, especularmente, os seus destinatários. Assim como o coro para se exprimir tem necessidade de um corifeu que fala por ele, do mesmo modo a Opinião pública tem os seus porta-vozes, actantes enunciadores que se manifestam de vários modos. Mas ela possui também os seus ouvintes, actantes enunciatários, de qualquer modo presentes no interior do discurso. Passamos assim do terreno da narrativa enunciada àquele do discurso enunciativo: quem fala em nome da Opinião pública? E a quem é dirigido o seu discurso?

Para aquele que observa o sujeito que fala em nome da Opinião pública, não é tão importante a pessoa que efetivamente toma a palavra (jornalista, político e, hoje, poderíamos acrescentar também: juizes, apresentadores de TV, esportistas) quanto o fato mesmo de fazê-lo. Assumir para si o papel de porta-voz da Opinião tem, de fato, uma série de significados bem precisos. Antes de tudo, é um conotador de caráter político: “*a mo’ di boutade* — diz Landowski (1989: 49 tr. it.) — ter-se-ia tentado dizer que é ‘político’ aquele que fala em nome da ‘opinião pública’”. Em segundo lugar, invocar a Opinião é um movimento estratégico voltado contra os adversários para obrigá-los a fazer (ou a não fazer) alguma coisa, evocando o juízo que a mesma Opinião poderá ter daquela sua ação (ou da falta de ação): “faça-se (ou não se faça) assim, a Opinião pública pensará que...”. Em terceiro lugar, tornar a chamar a Opinião pública é atribuir um Destinator à própria ação política, esconder o recurso a uma entidade pseudo-empírica é uma substancial auto-legitimação do próprio poder: “faço assim porque é assim que quer a opinião pública”.

Tudo isso tem alguns reflexos precisos também do ponto de vista do enunciatário do discurso político, aquele ao qual o discurso é dirigido — e que é, ainda uma vez, a Opinião pública. Assim como o coro trágico, este actante narrativo não se propõe só como um sujeito participante da ação política (Destinator nas suas várias formas lógicas); no mais, ele conserva sempre, por assim dizer, as próprias origens, ou seja, o fato de que se trata de um delegado do público e, portanto, é sempre e todavia destinatário da cena feita pela classe política. Está fora disso um esquema implícito do tipo: “Eu falo a vocês que me destinaram a...”. Assim, está assegurada à Opinião pública uma função especular: “vendo que a Opinião manipula os governantes (ou é por eles manipulada), os espectadores — os governados — tornam-se, de um certo modo, as testemunhas do seu próprio papel no desenvolvimento da ‘história’ que está por se cumprir” (Landowski, 1989: 51-52 tr. it.).

A manipulação oculta

Fecha-se dessa forma o cerco desenhado pelo discurso político ao redor de si, indispensável para se assegurar coerência e credibilidade, mas, sobretudo, para autoafirmar-se como única máquina capaz de fazer funcionar a si mesma, dando-se regras necessárias e suficientes. Revelam-se míopes, neste quadro, as cíclicas lamentações sobre o extra-poder da Opinião pública na política contemporânea, ou vice-versa, sobre a manipulação que os *media* exercem sobre ela. Estas críticas, observa Landowski, são as duas faces da mesma moeda: discutindo sobre as consequências da ação da Opinião, ou sobre aquilo a que ela está sujeita, esse gênero de críticas não coloca absolutamente em discussão a existência empírica da mesma Opinião.

Ao invés de discutir sobre a manipulação exercida ou sofrida pela Opinião pública, é necessário refletir sobre o fato de que ela institui a sua própria existência sobre uma precedente forma de reificação, sobre a transformação de uma entidade imaginária em entidade real. Haveria, enfim, sob a manipulação manifestada da Opinião (da qual falam continuamente aqueles mesmos *media* que a colocam em ação), uma manipulação oculta, que tanto mais funciona quanto menos é notada. Todo o sistema teatral sobre o qual se rege o discurso político tem como objetivo principal a auto-legitimação do Poder por meio do recurso da Opinião pública, personagem fictícia, todavia extremamente eficaz do ponto de vista comunicativo.

Insere-se, aqui, a eventual função vigiadora — se não crítica — da análise sociosemiótica que, mesmo se propondo a conservar um olhar de tipo descritivo, não pode se eximir, em determinadas circunstâncias, de exprimir um juízo de valor sobre o que descreve:

Deste ponto de vista, não faz grande sentido condenar a influência oculta que os discursos de massa exerceriam ‘sobre a opinião pública’, que não é, em suma, mais que um artefato da linguagem; em compensação, a própria construção e o emprego de tal artefato increvem-se entre estratégias que, estas sim, pertencem — num segundo grau — à ‘manipulação das multidões’ (Landowski, 1989: 53 tr. it).

O SENTIR EM POLÍTICA

Essa reconstrução dos mecanismos semióticos profundos que regem o discurso político tem sido conduzida sem referência alguma ao plano semântico concreto deste mesmo discurso, aquela que um linguísta como Hjelmslev teria chamado

“substância do conteúdo” (Hjelmslev, 1943). Coerentemente com a elaboração sociossemiótica — que visa reconstruir as condições de possibilidade dos fenômenos sociais e não analisá-los diretamente —, a hipótese de Landowski acerca da função discursiva da Opinião pública não levou tanto em consideração realidades políticas singulares mais ou menos recentes quanto o sistema lógico do tipo narrativo que, em geral, as institui. Neste sentido, trata-se de um modelo de natureza hipotético-dedutiva que pode ser eficazmente empregado na análise social. Colocam-se, porém, duas ordens de problemas, estritamente ligados entre si, que nos levam a aprofundar a nossa investigação.

O primeiro é relativo às capacidades heurísticas desse modelo em relação às dinâmicas políticas atuais. Que tipo de utilidade conserva hoje a metáfora teatral na explicação dos fenômenos políticos? Que papel desempenha no seu interior a Opinião pública enquanto personagem? O discurso político contemporâneo faz ainda referência a esta ambígua figura que é um pouco Destinator e um pouco Destinatário, ou prefere recorrer a mecanismos semióticos de outro tipo? Não obstante a Opinião pública esteja ainda hoje bastante presente no discurso político¹⁷, parece que as atuais estratégias comunicativas da política colocam em ação mecanismos semióticos que ultrapassam a questão da auto-justificação do Poder. Se também as pesquisas — perenemente invocadas — continuam a manter o seu papel de Destinator manipulador e julgador da atividade política, é bastante evidente que nem todo jogo político é jogado hoje em função delas (ou, o que é o mesmo, que a sua função é de tipo muito diverso). Mais do que fazer referência a instâncias de tipo lógico-cognitivo, parece que hoje a prática política leva em consideração paixões difusas, formas de afetividade imediata, coletividades que se agregam em função de sentimentos partilhados, forças que lutam em nome dos humores do momento, sem nenhuma necessidade particular das figuras dos Destinadores superiores criados *ad hoc* para legitimá-las.

Essa série de perguntas é justificada pela óbvia exigência de uma melhor compreensão da atualidade e também por razões de ordem mais geral. Se a teoria da narratividade se apresenta como um eficaz instrumento para a construção de modelos de explicação dos fatos humanos e sociais, é muito provável que ela exija algumas interrogações metodológicas e alguns ajustes conceituais. Por exemplo: estamos certos de que a subjetividade, seja ela individual ou coletiva, constrói-se somente através de um percurso narrativo pensado como uma série progressiva de aquisições de modalidades de ação, o qual, graças ao confronto com um Anti-su-

17. Como mostrou, entre numerosos exemplos possíveis, o artigo do “La Stampa” citado anteriormente.

jeito, leva a uma realização final do Sujeito e à sua conseqüente sanção por parte de um Destinador social? É suficiente pensar os programas narrativos dos Sujeitos como condensadores de ações buscando a junção com Valores predeterminados inscritos em Objetos variáveis? Em outros termos: que peso tem a componente afetiva na construção do sentido (na existência humana, na sociedade, na política)? E quanto, nesta componente afetiva, é de natureza cognitiva e quanto é de natureza sensorial? Até que ponto, enfim, a *subjetividade* (individual ou coletiva) é resultado de uma atividade lógico-racional como é um programa narrativo e até que ponto se instala em um *corpo próprio* (individual ou coletivo) do qual é preciso explicar a articulação e o funcionamento? E, enfim, em que termos é possível falar do “corpo” de uma subjetividade coletiva sem recorrer de forma inadequada a uma argumentação vagamente metafórica construída em referência ao corpo individual?

Há tempos a pesquisa semiótica coloca-se estas questões, procurando integrar os modelos da teoria *standard* (de tipo racionalístico-narrativo) com categorias e métodos do tipo patêmico e estésico, mais sutis e talvez mais fugazes, mas certamente necessários para uma mais nítida explicação dos fenômenos sociais¹⁸. Não aqueles últimos da sociedade e da cultura contemporâneas, os quais, por sua vez, parecem manifestar uma forte tendência para a afetividade, as paixões, a sensorialidade, o corpo — tendência que se entrelaça e se reforça, à primeira vista paradoxalmente, com aquela, também atual, para a imaterialidade, o conhecimento, a comunicação.

Humores difusos

De resto, se bem observado, já analisando o discurso relativo à Opinião pública, emerge de modo bastante evidente uma forte presença da passionalidade no universo político. Landowski (1989: 32-33 tr. it.), ressaltando a natureza onipresente da narração política (graças à qual o enunciador entra sem dificuldade na “cabeça” das suas personagens), citava alguns exemplos ligados à dimensão afetiva da subjetividade:

18. A bibliografia a mencionar sobre este assunto seria muito ampla. Assim, cf., ao menos, sobre as paixões, Greimas e Fontanille (1991), Fabbri (1998), Marrone (1998). E, sobre a sensorialidade, Greimas (1987), Marrone (1995a), Marrone (org.) (1995b), Landowski (1996), Landowski, Dorra e Oliveira (orgs.) (1999). Para uma síntese sobre as questões relacionadas ao passional e ao estésico nos estudos semióticos, cf. Fabbri (1998, 2000). Uma proposta de sistematização dessa nova perspectiva dos estudos semióticos está em Fontanille e Zilberberg (1998) e em Fontanille (1998).

[A situação política] gera uma angústia manifestada na opinião pública (“Le Monde”, 17 de outubro de 1978).

A opinião [...] sente confusamente que isto não pode durar muito (“Le Monde”, 19 de novembro de 1978).

É assim que o acontecimento tem sido percebido pelo conjunto da opinião (“Le Figaro”, 11 de abril de 1978).

A opinião pública repreende profundamente, vocês sabem bem, o desejo de [...] (“Le Monde”, 28 de fevereiro de 1977).

Ora, além da pergunta (de qualquer modo pertinente) acerca da maneira como o comentarista ou político de plantão podem conhecer a “interioridade” da personagem da qual falam, resta o fato — central — de que, segundo o discurso político, a Opinião pública possui específicos *estados de ânimo*: condição passional que é levada em constante e adequada consideração pelos sujeitos da ação política e que, do ponto de vista teórico, precisa se justificar. É de se perguntar, por exemplo, até que ponto este incremento do *côté* passional da Opinião pública não termina por cancelar de todo a própria idéia de “opinião”, isto é, a idéia de um produto cognitivo fundado em processos que, de tão fracos, são de natureza lógico-inferencial (“se... então”). Mas, sobretudo, é necessário perguntar-se até que ponto o emergir da afetividade e da corporeidade no discurso político não transforma (ou, principalmente, não anula) aquele papel de mediação entre público e classe política que, como vimos, é exercido pela Opinião pública¹⁹. Parece emergir, enfim, junto à figura narrativa-cognitiva da Opinião pública, aquela estético-estésica do Corpo político.

Formas de popularidade

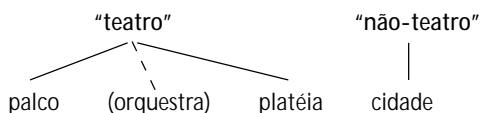
O mesmo Landowski tem enfrentado o problema, propondo uma implícita, mas substancial mudança, no modelo teatral proposto por ele próprio (Landowski, 1997:

19. Também os sociólogos têm discutido o problema da forte transformação da Opinião pública na cultura contemporânea, insistindo porém, mais do que outros, sobre o papel que os *media* e as novas tecnologias da comunicação têm tido nesta metamorfose (e, substancialmente, mantendo o discurso no interior de uma dimensão somente cognitiva): “Se a opinião pública tradicional foi um ‘sujeito’ de mediação entre Estado e sociedade, emanação de um público burguês específico, esta opinião pública efetivamente não existe mais. A ‘neo-opinião pública’ é mais um ‘lugar’ de interação sociocomunicativa, onde convivem problemas e interpretações dos eventos e onde a molecular presença dos *media* apóia e integra as opções diretamente sociais” (Cristante, 1999: 133-134).

219-244). Para compreender a articulação profunda da política contemporânea, sobretudo em relação ao fenômeno da construção da popularidade, ele organiza a metáfora do espetáculo político e propõe a seguinte tripartição do espaço cênico:

cada ator (...) pode procurar tornar-se visível, reconhecível e possivelmente 'amável', em cada caso *presente* ao seu público, representando três vezes (...): em primeiro lugar se fazendo ver *no palco*, no exercício de um papel funcional inscrito no interior de uma trama narrativa ou de uma ação institucionalmente circunscrita e programada antecipadamente; em seguida, intervindo no espaço *da platéia*, enquanto participe de uma interação vivida em estreita união com os espectadores; e, enfim, mostrando-se *na cidade*, como individualidade pronta a revelar, diante de uma audiência, a mais ampla possível, a autenticidade da sua pessoa atrás da máscara da sua função (Landowski, 1997: 227 tr. it.).

Como se vê, em relação ao esquema da tragédia antiga precedentemente adotado, as coisas são bastante diferentes. Antes de tudo, desapareceu a área intermediária da orquestra e, com ela, as personagens mediadoras da Opinião pública e de seus porta-vozes. Em segundo lugar, surgiu um novo território, aquele da cidade, onde a teatralidade é, à primeira vista, negada para ser sub-repticiamente reafirmada. Daí o esquema:



Nestes três espaços — palco, platéia, cidade — determinam-se três diferentes modos de representação e três conseqüentes tipos de relação com os espectadores, e produzem-se três diferentes formas de popularidade do político. Evidencia-se assim o fato de que o termo "popularidade" pode significar — segundo a acepção em que é usado e, portanto, no contexto no qual ocorre — seja 'notoriedade', seja 'familiaridade', seja 'simpatia'.

No palco, tudo se desenvolve segundo as regras tradicionais do espetáculo político. Há um ator, ou uma série de atores, que representa roteiros mais ou menos preestabelecidos, assumindo papéis pré-fixados em função de um público que, escondido e silencioso, está ali para assistir ao espetáculo, tornando-o, por assim dizer, real, ou seja, significativo, sensato. Constitui-se deste modo uma espécie de complementaridade entre atores e espectadores, palco e platéia, que se estabelece por um implícito pacto preliminar sobre a credibilidade daquilo que acontece, e redonda em uma espécie de comunhão de intenções e de sentimentos entre todos

os sujeitos em jogo. Nesse quadro, o ator tem vida difícil, uma vez que, terminado o espetáculo, não “se entrega” ao próprio público, continuando a representar em cada momento e situação. Do mesmo modo, o político que se coloca como simples *homem de ação*, visando uma popularidade como justa recompensa dos resultados do seu fazer, acaba por se apresentar como obstinado e fastidiosamente decente: vivendo o seu ser no palco em termos de representação institucional, o homem de ação acaba por negar o fato inegável de ser, precisamente no palco, astro representando diante de um público, de redobrar, portanto, a *representatividade* política com uma *representação* dramaturgica de si mesmo.

Por esse motivo, os sistemas chamados democráticos acabam por desembocar em um teatro político, e o princípio de representação se transforma em uma ideologia do espetáculo do Poder. O político, neste quadro, em função de querer manter um posicionamento formal e cerimonioso, destacado e ativo, ultrapassa o limite do palco e vai até a platéia, alcançando os próprios espectadores e propondo a eles uma dupla identificação: de um lado ele se “abaixa” ao nível do público, revelando-se como um deles, mas, de outro, é o público a “elevar-se” até ele, a identificar-se misticamente com a sua essência ideal. Daí a segunda forma possível de popularidade, aquela do *herói mediador*. Esta figura — lembra Landowski — emerge, sobretudo, em períodos de crise de confiança nos valores políticos e estabelece-se mais que num contrato cognitivo (de natureza ideológica ou pragmática) com o povo, numa espécie de aliança sagrada, baseada em sentimentos partilhados, em impressões comuns, em simpatias e antipatias instintivas. Se, de certa forma, o herói mediador possui ainda alguns programas de ação e, para afirmá-los, vai à procura da aceitação popular, de outra forma, essa popularidade está desconectada daqueles mesmos programas e funda-se mais numa familiaridade, numa crença instintiva do povo em relação às suas capacidades.

Assim, se o homem de ação é uma figura que se dirige, indiretamente, a um público politicamente competente e, portanto, substancialmente a uma certa forma de Opinião pública, o herói mediador tem diante de si (aliás, em torno de si) diretamente o público, entendido não mais como uma totalidade partitiva, coleção numérica de indivíduos, mas como uma forma patêmica e estésica da totalidade integral. Em outros termos, enquanto a figura da Opinião pública era produzida, como vimos, mediante uma série de passagens lógicas (unidade integral — unidade partitiva — totalidade partitiva — totalidade integral), o público na platéia em meio ao qual se mistura o herói mediador é um actante coletivo do tipo não-lógico e não-narrativo. Trata-se, nesse caso, de uma espécie de massa orgânica, de Corpo político que vive em uníssono paixões e sensações, que se coagula e se transforma

constantemente, a partir não de valores mais ou menos utilitários, mais ou menos ideais, mas por formas relativamente casuais de “condução” frente ao mundo, aos homens, às coisas.

Desse modo, a comunhão dos espectadores entre eles e deles com a personagem-herói cumpre-se numa dupla dimensão: aquela do fazer, pela qual o herói propõe os termos de uma aventura que o transcende e que diz respeito à integridade do público (a Nação, o Povo, o País, etc.), ao qual justamente a propõe; mas, sobretudo, aquela do ser, que diz respeito aos modos específicos (temáticos, figurativos, sensoriais, afetivos) para os quais e com os quais esta aventura pode ter lugar. Personagens como De Gaulle ou Churchill são, deste ponto de vista, o exemplo perfeito do herói mediador que, para superar momentos políticos particularmente difíceis, não pode fundar a própria atividade somente sobre o plano da inteligibilidade mais ou menos partilhada, mas tem necessidade de aproximar-se também e, sobretudo, daquele da intersensorialidade, onde cada indivíduo renuncia à própria unidade para fazer parte de um Corpo político coletivo que experimenta sentimentos de admiração incondicional pelo próprio líder.

Mas são períodos históricos relativamente breves, nos quais se vive o entusiasmo coletivo do momento para voltar logo à rotina da cotidianidade, quando não, diretamente, à insatisfação ou à indiferença aos confrontos dos valores sociais e políticos. Daí a terceira forma de popularidade, aquela pela qual o ator-político deixa o teatro, seja o palco ou a platéia, para dirigir-se à cidade e, à primeira vista, tornar-se homem entre os homens, agora sem mais aquela aura de superioridade que lhe era atribuída ora pelo seu fazer, ora pelo seu ser. Na cidade, o ator deixa de representar para afirmar a própria autenticidade; mas se trata de uma autenticidade só aparente, uma vez que, na cidade, o ator representa o cessar de representar, representando agora o papel do homem autêntico. Jogando ainda com as palavras, poderíamos dizer que o ator assume a máscara daquele que tirou a máscara, revelando uma face que é o simulacro de uma face qualquer, ainda a mais irreal das máscaras usadas em cena.

É aquilo que ocorria, segundo Barthes (1957: 15-17 tr. it.; 1998: 60-74), aos homens do teatro francês dos anos cinquenta fotografados no célebre estúdio Harcourt. A imagem do ator presente naquelas fotografias é exatamente aquela do “ator em descanso”, que abandona provisoriamente as poses do ofício para mostrar-se ao mundo por aquilo que efetivamente é. Mas se trata de uma imagem totalmente construída, seja no plano da expressão (com expedientes técnicos, como a angularidade do enquadramento, o corte de três quartos ou a luz difusa), seja no plano do conteúdo (com uma sistemática inversão dos sinais de representação).

Passando do “palco” para a “cidade”, o ator do Harcourt abandona paradoxalmente — neste movimento de aparente verdade — todos os sinais da realidade para recuperar aqueles da mais radiante idealidade: no palco, bem produzido, estruturado, corpóreo, a pele carregada de maquiagem; na cidade, nivelado, simples, o rosto polido pela virtude, tornado leve pela luz difusa do estúdio Harcourt. Sobre o palco, às vezes velho, certamente manifestando uma idade; na cidade, eternamente jovem, fixado para sempre no vértice da beleza. Em cena, marcado pela materialidade de uma voz impostada, musculosa como as panturrilhas muito grossas de uma bailarina; na cidade, idealmente silencioso, isto é, misterioso, cheio do segredo profundo atribuído a toda beleza que não fala. No palco, enfim, comprometido pela necessidade em gestos triviais ou heróicos, porém eficazes; na cidade, reduzido a um rosto limpo em cada movimento [*ibid.*].

Parece claro, então, o motivo pelo qual o ator-político que deixa o teatro para dirigir-se à cidade é aquilo que Landowski chama a *vedete*, figura criada pela atividade cosmética do marketing político, portanto, uma personagem construída para colocar-se como natural, cotidiana, comum. No tocante à natureza política (seja ela lingüística ou de outro gênero), é o efeito de sentido de uma complexa e dissimulada atividade produtiva, não a manifestação espontânea de um ser que se mostra como efetivamente é. A vedete política, neste sentido, não tem outro propósito senão o de criar um novo espaço de visibilidade, um outro cenário onde exibir as próprias *performances*, uma ribalta — paradoxalmente — mais “íntima”, menos “formal”, ou seja, no final das contas não consumida ainda pelas *performances* precedentes.

Querendo ressemantizar a própria imagem, o político acaba assim por se subordinar às leis da mudança contínua típicas do mercado e, sobretudo, da moda²⁰. A sua identidade, tanto transitória quanto estetizada, não derivará mais de uma estratégia de oposição com os adversários ou de um percurso por etapas em vista de uma realização (como teria sido segundo uma lógica da narratividade). Ela derivará, ao contrário, do conseguir viver um determinado ritmo regulado pela mudança:

Querer a mudança, aceitá-la, vivê-la, desejá-la, não significa somente tomar posição diante das coisas que mudam, ou que se quer que melhorem; é também escolher uma maneira determinada de viver o próprio devir; trata-se, de um certo modo, de colocar-se em condição de contentamento quanto ao tempo presente — qualquer que seja a duração —, percebendo a si mesmo como imediatamente inscrito no movimento do momento que passa, como parte integrante do desenvolvimento de uma atualidade vivida em comum com outros e, por isso mesmo, também (...) como efetivamente presente a si mesmo. Deste ponto de vista, a mudança esperada, desejada, assumida, torna-se, paradoxalmente, produtora de identidade. Aderir a isso (...) é talvez (...) um dos modos mais elementares de afirmar a própria existência, seja em relação a si mesmo, seja

20. Sobre este ponto cf. Landowski (1997:113-151), onde se propõe um paralelo entre as leis sociais da moda e aquelas da atual política.

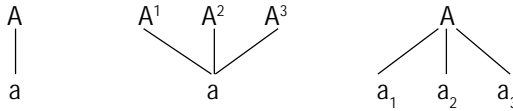
diante dos outros. Significa mudar, se não a existência, em cada caso, o sentido da própria vida (Landowski, 1997: 115).

Mas a vedete não é a única forma de popularidade procurada pelo ator-político chegado à cidade. Seu oposto especular, que joga portanto o mesmo jogo, é o *bufão*, personagem que constrói a própria imagem na base de uma estética do feio, de uma ideologia da aversão e do escárnio. O bufão é o político que se apresenta como o anti-político, a exemplo do cômico Coluche ou da *porno-star* Cicciolina, que resolvem se dedicar à vida política e são eleitos para o Parlamento, dando mostra de uma alta dose de cinismo e convocando um público decepcionado com as instituições políticas em seu complexo. Porém, bufões, segundo a definição dada por Landowski, seriam também personagens como Le Pen, na França, ou Bossi, na Itália, que propõem uma imagem de si construída por traços sistematicamente opostos àqueles da vedete estetizada pela cosmética do marketing político. Enquanto a vedete, para fingir-se verdadeira, cuida da própria imagem nos mínimos detalhes, segundo uma estética do conformismo que persegue as mais sutis mudanças da moda, o bufão é o *punk* da política, aquele que visa a produção de um mesmo efeito de real com armas opostas, mas complementares: um *look* desleixado, uma atuação incômoda ou inconveniente, um aspecto grosseiro, uma linguagem popular, são alguns dos ingredientes com os quais o *clown* da política pode fazer apelo para construir, com realismo rabelaisiano, a figura da última testemunha de uma atividade que parece ter perdido toda racionalidade e toda utilidade social: a política como arte do diálogo e da gestão da Coisa Pública.

Actantes e atores

Ao analisar, através deste gênero de instrumentos semióticos, um exemplo concreto de situação ou evento político contemporâneos, são necessárias algumas observações à tipologia apenas examinada. Antes de tudo, é importante lembrar que esta tipologia tem um caráter *formal*, e não *substancial*. Embora ela tenha sido construída a partir de um corpus jornalístico preciso, sua importância é dada sobretudo pela lógica subordinada de tipo narrativo da qual é portadora, pelo fato de constituir-se como *modelo geral* para a possível leitura e a conseqüente interpretação de fenômenos sociopolíticos posteriores. Este modelo se dá, enfim, como tabela das condições de possibilidade do fazer político em geral, como máquina hermenêutica capaz de prever fenômenos não necessariamente dados. No fazê-lo, poderá acontecer de reconduzir uma série de personagens políticas concretas a so-

mente uma destas categorias; mas poderá, ao contrário, ser possível que uma personagem política concreta manifeste características presentes em mais de uma categoria ou, vice-versa, que personagens políticas muito diferentes entre si (por ideologia ou por imagem) tornem a entrar na mesma categoria. Vale portanto o esquema:



onde A = actante (ou seja, categoria abstrata) e a = ator (ou seja, personagem concreta).

Assim, por exemplo, uma personagem singular como Charles De Gaulle remete, em tudo e por tudo, à categoria do herói mediador (primeiro caso); um político, como Silvio Berlusconi, ao contrário, tem certamente em si alguma coisa do herói mediador, mas também alguma coisa da vedete (segundo caso), e, na categoria do homem da ação, enfim, podem ser colocados atores diferentes como, para ficar somente na Itália, muitos democratas-cristãos e muitos comunistas da chamada Primeira República. Neste sentido, os resultados da análise sociosemiótica poderão não coincidir com aqueles de outras metodologias de análise ou outras disciplinas sociais, assim como certamente não terão em particular consideração as partilhas pretendidas como naturais do senso comum. Por exemplo, a tradicional distinção entre Direita e Esquerda, eternamente discutida, mas também eternamente reafirmada por um pensamento político mais ou menos *naïf*, revelar-se-á ser bem pouco pertinente aos fins da descrição sociosemiótica: enquanto questão de substância, e não de forma, ela permanecerá de fora da análise das estratégias comunicativas desta ou daquela força política, ao menos não sendo entendida como um dos possíveis efeitos de sentido gerados pelo discurso²¹.

Fica sublinhado, enfim, que essas três categorias, enquanto formais e enquanto não exclusivas, não apresentam qualquer forma de oposição entre elas, mas podem pacificamente conviver, não só, como se tem dito, em um único político, mas

21. A recente campanha eleitoral para as eleições presidenciais nos Estados Unidos é exemplar deste ponto de vista. Uma figura política, como de George W. Bush, é apresentada de modo diverso em dois diferentes planos. No plano das oposições políticas tradicionais, Bush é um candidato do Partido Republicano e faz-se depois promotor de temáticas e valores declaradamente de Direita, opostas àquelas do Partido Democrata. No plano da construção da popularidade, Bush, embora rival do democrata Clinton, dele absorve múltiplas e implícitas sugestões para a construção da sua própria personagem.

também em uma mesma força política, com êxitos de certa relevância. Assim, por exemplo, poder-se-ia observar como o chamado Pólo das Liberdades, que se apresentou nas eleições políticas italianas de 1994, teve como seus líderes três personagens semioticamente diversos: Fini (homem de ação), Berlusconi (herói mediador e vedete) e Bossi (bufão), os quais, pela sua própria diversidade formal, construíram todos juntos um sujeito “completo”, diversificado nas suas partes constitutivas, mas bem articulado no seu interior. Assim, do ponto de vista dos conteúdos políticos efetivos, essa força política pode ser considerada incoerente ou absolutamente contraditória (observando-se, por exemplo, que Fini é um convicto nacionalista, enquanto Bossi é um federalista radical). Do ponto de vista semiótico, ao contrário, essa mesma força política põe em ação mecanismos formais de coesão interna que podem se revelar particularmente eficazes no plano comunicativo (e, portanto, político). Possuir como próprias partes constitutivas três figuras diferentes, cada uma das quais se encarregando de pôr em ação uma forma diversa de popularidade, resulta ser, enfim, com boa probabilidade, uma arma vencedora.

DOIS REGIMES SEMIÓTICOS

Ainda que reconstruídas a partir da extensão de uma única metáfora teatral, as duas formas do discurso político até aqui ilustradas — aquela que influencia a Opinião pública e aquela que se liga ao Corpo político — apresentam, com efeito, duas naturezas, dois mecanismos, duas lógicas diferentes. Em termos técnicos, diremos mais precisamente que elas são produzidas a partir de dois *regimes semióticos* distintos²².

A primeira destas formas de discurso político pressupõe um funcionamento de algum modo institucional da máquina teatral e, portanto, política. No seu interior, cada elemento conserva um lugar próprio, específico, e exerce uma função que, mesmo sutilmente ambígua, é em cada caso bem precisa, endereçada a finalidades predeterminadas e específicas. A auto-legitimação mascarada do Poder é o resultado de uma estrutura semiótica na qual cada elemento é determinado em relação aos outros, na qual cada sujeito age em função das ações dos outros. O significado global de uma máquina desse tipo é dado pela sua articulação interna, pelo sistema de diferenças e de oposições entre as partes que a compõem. Daí a produção de

22. Estes dois regimes semióticos já são há tempos objeto de estudo e de discussão entre os semioticistas. Aqui seguimos, em particular, Landowski (1997, 1998a, 1998b, 1999, 2000).

um discurso, por assim dizer, tradicionalmente político, constitutivamente fechado, ligado à aquisição e ao exercício de um /poder/ que se converte “na gestão de negócios de interesse comum no interior de um Estado (ou, por extensão, de qualquer outro tipo de unidade social determinada)” (Landowski, 1998a:34).

Ao contrário, o regime semiótico está ligado ao discurso que coloca em cena o Corpo político. Enquanto a figura da Opinião pública faz referência a uma lógica de tipo narrativo e, portanto, a modelos de significação de tipo racionalístico e inferencial, o discurso político que adota (constrói, desfruta e transforma) paixões e sensações parece colocar em ação fenômenos sociais, de tipo *contínuo*, aparentemente privados de articulação interna, dificilmente formalizáveis, mas, todavia, aptos a serem propostos como modelos gerais de explicação do mundo. Estamos no limite da política tradicional e propriamente dita, às margens das instituições e dos sujeitos políticos encarregados de gerenciar a Coisa pública, contudo, na base da Coisa pública mesma, nas origens das suas possibilidades de existência. Como imaginar “negócios de interesse comum” e, portanto, alguma coisa de “público”, sem um preliminar *sentir em comum*, sem um processo profundo de produção e de reprodução contínua da sociabilidade? Como pensar — para dizer em termos kantianos — nas condições de possibilidade do universo político, senão em termos de uma básica, ou seja, afetiva e sensorial, constituição da intersubjetividade?

Retomemos ainda a imagem do teatro. Para funcionar, um espaço cênico deve ser articulado, deve prever uma série de áreas no seu interior nas quais colocar os vários sujeitos que põem em prática o espetáculo, que lhe permitem a existência concreta: os atores, o público e, como no caso do coro, todas aquelas figuras que fazem a mediação entre eles. Mas essa articulação, para ser eficaz, deve ser tornada possível, isto é, deve pressupor um momento de não articulação e um sucessivo momento no qual se coloca em ação um processo articulatório. Para que haja espetáculo, é necessário que o que acontece em cena seja visto por um público na platéia, por alguém que não está no palco. Só que, antes ainda que tenha lugar essa experiência de representação e de contemporânea fruição, é necessário que haja uma separação topológica entre o palco e a platéia, uma distinção sociológica entre atores e público, que seja marcada uma *diferença*, a qual, por definição, coloca o sentido em condições de significar, constrói, neste caso, o significado e o valor geral da máquina teatral. É necessário que os atores sejam postos em outro espaço em relação à platéia, que sejam expostos sobre o palco, prontos para se mostrar ao público; e é necessário, ainda, que o público se sinta mesmo como público, como conjunto organizado de indivíduos que está lá, na platéia, de frente para o palco, para assistir a um espetáculo, enquanto *totalidade integral* que se auto-percebe

como sujeito coletivo que age e sofre em uníssono, que vive as mesmas paixões, que experimenta as mesmas sensações²³.

Voltando às duas formas do discurso político que estamos discutindo — a Opinião pública e o Corpo político — podemos enfim dizer que a primeira delas se refaz como regime semiótico da *significação*, ou seja, da articulação e da descontinuidade; a segunda, ao contrário, prevê um regime semiótico do *sentido*, portanto, da não-articulação e da continuidade, o qual, porém, sendo o mais complexo para formalizar, é o que torna possível a *significação*, é alguma coisa que produz a articulação, que torna descontínuo o contínuo. Um político que abandona o palco e se mistura ao público na plateia, ou que sai do teatro para se dirigir à cidade, é um sujeito que repudia as instituições e as formas políticas constituídas (*significação*) ou alguém que reencontra as próprias origens sociosemióticas (*sentido*)? Trata-se de uma posterior simulação que esconde o exercício de um poder em si mesmo com uma segunda máscara auto-justificativa, ou, ao contrário, é a tentativa de reintegrar-se em uma sociabilidade que o consumo da prática política cotidiana estava progressivamente esquecendo? Provavelmente ambas as coisas, mais ou menos presentes, segundo os casos singulares. Todavia, é difícil determiná-lo *a priori* e de forma definitiva.

O certo é que, nos períodos de crise dos valores sociopolíticos, muito frequentemente, os homens e as instituições políticas têm sentido a necessidade (ou colocado em prática a estratégia) de voltar-se para o “povo”, a “gente”, a “praça”, a “sociedade civil”, etc. (nós diríamos, o público), na tentativa de ressemantizar a si mesmos, para tornar a carregar de sentido e de valores o próprio feito, para encontrar novas razões para a sua existência. Assim, na Itália por exemplo, depois da conhecida crise de Tangentopoli²⁴ dos anos noventa, que esvaziou de sentido a instituição dos partidos e, em geral, deu às personagens políticas uma imagem fortemente ne-

23. O fato de que no teatro antigo se fazia presente uma orquestra, ou seja, uma zona intermediária entre o palco e a sala, é a melhor prova de que o processo de separação topológica entre duas grandes zonas do teatro foi, sem dúvida, pacífico e imediato. Antropólogos e historiadores do teatro há tempos explicaram como existiram formas teatrais de tipo ritual e comunitário nas quais atores e espectadores eram colocados em um espaço único, portanto contínuo, de forma que ainda não era dada uma real diferença entre eles. A experiência teatral, desse ponto de vista, é um ritual coletivo que, separando nitidamente os papéis dos atores e dos espectadores, tende a esquecer a si mesmo. Prova disso é que as experiências dramáticas que quiseram romper os esquemas teatrais tradicionais (de vanguarda ou não) tentaram primeiro exatamente abolir as distâncias entre o palco e a sala, neutralizando a oposição entre os vários sujeitos em jogo.

24. Expressão que remete a episódio de corrupção, de grande repercussão na Itália, envolvendo o pagamento de propinas a políticos em troca de favores ilícitos (N.T)

gativa, muitos abandonaram o palco e apressaram-se em alcançar a platéia ou a cidade. Há aquele que o fez usando os *media* como ponte imediata para alcançar o grande público; e há quem, em termos opositivos, mas com o mesmo objetivo, preferiu percorrer o País em nome de um contato direto com os cidadãos.

O certo é que, em termos semióticos, é necessário distinguir essas duas formas de discurso político, também para compreender os mecanismos que, de qualquer modo, as ligam, assim como os pontos de passagem, as zonas de sobreposição, os processos de transformação de uma para outra. Não se trata tanto de distinguir o inteligível do sensível, a razão prática da paixão imediata, a ação da percepção e similares, como uma tradição filosófica muito antiga há muito tem feito. Trata-se, no caso, de reconstruir as diversas lógicas que estão subentendidas às duas figuras da Opinião pública e do Corpo político, e também a lógica mais profunda que as mantém unidas, que as faz interagir entre si, construindo a primeira a partir da segunda. Compreender a diferença entre o regime semiótico da significação e aquele do sentido será útil, assim, para reconstruir os mecanismos, às vezes muito sutis, outras vezes completamente escondidos, da passagem de um ao outro, as áreas de fronteira e de distinção onde se reencontram, de um lado, fenômenos de desgaste dos valores políticos e, de outro, processos de ressemantização destes mesmos valores.

Assim, por exemplo, será importante esclarecer como certos fenômenos presumidamente anti-políticos, como aqueles ligados à figura do bufão, não são fins em si mesmos, mas acabam por ser perfeitamente funcionais a um sistema e a um processo mais amplos, nos quais se observa a exigência de negar a atividade política do momento, já desgastada, para podê-la, em seguida, reafirmar, recarregar, redefinir em termos talvez só aparentemente novos²⁵. Abandonar o palco pela platéia ou a cidade, é, em outras palavras, um movimento tão necessário em determinadas circunstâncias quanto arriscado, se protelado por muito tempo. Usar a televisão, o ônibus ou as tribunas em lugar do Parlamento tem sentido só em função do Parlamento em si. É aquilo que ocorreu, com tons e nuances diversos, em muitos países de regime considerado democrático. É aquilo que em parte ainda hoje acon-

25. Neste sentido poderia ser lida, por exemplo, a antologia dos símbolos que se reencontra na vida política italiana dos nossos dias. Nem todos os símbolos podem ser validados a partir dos mesmos critérios semiótico-comunicativos. E o paradoxo relevado por Colombo (2000), segundo o qual o partido hoje mais forte tem o símbolo mais fraco, dissolve-se totalmente: o slogan "Força Itália" é fraco do ponto de vista do regime da significação, portanto da política tradicional, institucionalmente definida, mas é fortíssimo do ponto de vista do regime de sentido, onde a política alarga-se para uma sociabilidade difusa na qual predominam, por definição, sentimentos e valores genéricos, mas nem por isto menos potentes.

tece. E parece necessário, nessas circunstâncias, fornecer-se modelos adequados de explicação dos fenômenos sociopolíticos, que são justamente aqueles que a semiótica pode oferecer ao estudioso de política e ao sociólogo²⁶. Modelos que, no fim, têm sentido e valor se se revelam, além de teoricamente fundamentados, empiricamente eficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN John (1962). *How to Do Things with Words*, Oxford-New York, Oxford U.P.; trad. it. *Come fare cose con le parole*, Carlo Penco e Marina Sbisà (eds.), Genova, Marietti 1987; trad. port. *Quando dizer é fazer*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
- BARTHES, Roland (1957). *Mythologies*, Paris, Seuil; trad. it. *Miti d'oggi*, Torino, Einaudi 1974; trad. port. *Mitologias*, São Paulo, Difel, 1987.
- _____ (1998). *Scritti. Società, testo, comunicazione*, Gianfranco Marrone (ed.), Torino, Einaudi.
- BARTHES, Roland et al. (1966). "L'analyse structurale des récits", *Communications* 8; trad. it. *L'analisi del racconto*, Milano, Bompiani, 1968.
- BERTRAND, Denis (2000). *Précis de sémiotique littéraire*, Paris, Nathan.
- CAPRETTINI, Gian Paolo (1980). *Aspetti della semiotica*, Torino, Einaudi.
- _____ (1997). *Segni, testi, comunicazione. Gli strumenti semiotici*, Torino, Utet.
- COLOMBO, Fausto (2000). "Piccolo dizionario naturalistico della politica italiana", *Comunicazione politica*, I, 1, 2000.
- CRISTANTE, Stefano (1999). "Che cos'è l'opinione pubblica?", in ABRUZZESE e DAL LAGO (eds.), *Dall'argilla alle reti. Introduzione alle scienze della comunicazione*, Genova, Costa & Nolan.
- DE CERTEAU Michel (1980). *L'invention du quotidien 1: Arts de faire*, Paris, Gallimard/Folio; trad. port. *A Invenção do Cotidiano. Artes de Fazer*, Petrópolis, Vozes, 1994.
- ENTREVERNES Groupe d' (1979). *Analyse sémiotique des textes*, Lyon, Presses universitaires.
- FABBRI, Paolo (1998). *La svolta semiotica*, Roma-Bari, Laterza.
- _____ (2000). *Elogio di Babele*, Roma, Meltemi.
- FABBRI, Paolo e MARCARINO, Aurelia (1985). "Il discorso politico", *Carte semiotiche* 1.
- FABBRI, Paolo e MARRONE, Gianfranco (eds.) (2000). *Semiotica in nuce I: I fondamenti e l'epistemologia strutturale*, Roma, Meltemi.
- FABBRI, Paolo e MONTANARI, Federico (2001). "Semiotica della comunicazione strategica", in *Studi di strategia*, Luciano Bozzo (ed.), Milano, Angeli.
- FONTANILLE, Jacques (1998). *Sémiotique du discours*, Limoges, Pulim.

26. Parece suficientemente claro, por exemplo, que essa distinção entre dois regimes semióticos — sentido e significação — não corresponde àquela tradicionalmente adotada em sociologia entre estática e dinâmica social ou, se se quer, entre instituições e movimentos, entre estagnações e transformações. Se o primeiro regime, de fato, tem um lado sistemático-pragmático (portanto, estático) e um lado processual-sintagmático (portanto, dinâmico), o segundo, ao contrário, é somente algo de transformativo, de institucionalmente variável.

- FONTANILLE, Jacques e ZILBERBERG, Claude (1998). *Tension et signification*, Liège, Mardaga.
- GOFFMAN, Erving (1967). *Interaction Ritual*, Garden City, Doubleday; trad. it. *Il rituale dell'interazione*, Bologna, Il Mulino 1988.
- GRANDI, Roberto, CAVICCHIOLI, Sandra e FRANCESCHETTI, Massimo (1995). "Elezioni politiche nazionali 1994. Strategie a confronto", in LIVOLSI e VOLLI (eds.), *La comunicazione politica tra prima e seconda repubblica*, Milano, Angeli.
- GREIMAS Algirdas J. (1966). *Sémantique structurale. Recherche de méthode*, Paris, Larousse; trad. it. *Semantica strutturale. Ricerca di metodo*, Roma, Meltemi 2000; trad. port. *Semântica estrutural*, São Paulo, Cultrix/Edusp, 1973.
- _____ (1970). *Du sens*, Paris, Seuil; trad. it. *Del senso*, Milano, Bompiani 1974; trad. port. *Do sentido*, Petrópolis, Vozes, 1975.
- _____ (1976). *Maupassant. La sémiotique du texte: exercices pratiques*, Paris, Seuil; trad. it. *Maupassant. Esercizi di semiótica del testo*, Gianfranco Marrone (ed.), Torino, Centro scientifico editore 1995; trad. port. *Maupassant: exercícius práticos de semiótica do texto*, Florianópolis, Ed. UFSC, 1993.
- _____ (1983). *Du sens II*, Paris, Seuil; trad. it. *Del senso 2*, Patrizia Magli e Maria Pia Pozzato (eds.), Milano, Bompiani, 1985.
- _____ (1987). *De l'imperfection*, Périgueux, Pierre Fanlac, 1987.; trad. it. *Dell'imperfezione*, Palermo, Sellerio, 1988.
- GREIMAS, Algirdas J. e Courtés, Joseph (1976). *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Hachette, Paris, tome I; trad. port. *Dicionário de Semiótica*, São Paulo, Cultrix, 1983.
- _____ (1986). *Sémiotique. Dictionnaire raisonné de la théorie du langage*, Hachette, Paris, tome II.
- GREIMAS, Algirdas J. e FONTANILLE, Jacques (1991). *Sémiotique des passions. Des états des choses aux états d'âmes*, Paris, Seuil; trad. port. *Semiótica das paixões. Dos estados de coisas aos estados de alma*, São Paulo, Ática, 1993.
- HJELMSLEV, Louis (1943). *Omkring Sprogteoriens Grundlaeggelse*; trad. ingl. *Prolegomena to a Theory of Language*, Madison, Wisconsin University Press, 1961; trad. it. *I fondamenti della teoria del linguaggio*, Torino, Einaudi 1968; trad. port. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, Col. Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1975.
- LANDOWSKI, Eric (1977). "Le pouvoir du Pouvoir", *Documenti di lavoro e pre-pubblicazioni* del Centro internazionale di semiótica e linguistica di Urbino 86.
- _____ (1982). "Le discours du pouvoir", in COQUET et al., *Sémiotique en jeu. A partir et autour de l'œuvre d'A. J. Greimas*, Paris-Amsterdam-Philadelphia, Hadès-Benjamin.
- _____ (1989). *La société réfléchie. Essais de socio-sémiotique*, Paris, Seuil, 1989; trad. it. *La società riflessa*, Roma, Meltemi 1999; trad. port. *A sociedade refletida*, São Paulo, EDUC-Pontes, 1992.
- _____ (1996). "Viagem às nascentes do sentido", in ASSIS SILVA, Ignacio (ed.), *Corpo e sentido*, São Paulo, Edunesp.
- _____ (1997). *Présences de l'autre. Essais de socio-sémiotique II*, Paris, PUF, 1997; trad. port. *Presenças do outro*, São Paulo, Perspectiva, 2001.
- _____ (1998a). "Le regard impliqué", *Revista Lusitana* 17-18 (ensaio traduzido nesta edição de Galáxia).
- _____ (1998b). "De la contagion", in LANDOWSKI, Eric (ed.) *Sémiotique gourmande, Nouveaux actes sémiotiques* 55-56.
- _____ (1999). "Il tempo intersoggettivo: in difesa del ritardo", in BASSO, Pier Luigi e CORRAIN, Lucia

- (eds.), *Eloquio del senso. Dialoghi semiotici per Paolo Fabbri*, Genova, Costa & Nolan.
- _____ (2000). "Modi di presenza del visibile", in BASSO, Pier Luigi (ed.) *Modi dell'immagine*, Bologna, Esculapio.
- LANDOWSKI, Eric, DORRA, Raul e OLIVEIRA, Ana Claudia de (eds.) (1999). *Semiótica, estesis, estética*, São Paulo-Puebla, Educ-Uap.
- MARSCIANI, Francesco e ZINNA, Alessandro (1991). *Elementi di semiotica generativa*, Bologna, Esculapio.
- MARRONE, Gianfranco (1986). *Sei autori in cerca del personaggio. Un problema di semiotica narrativa*, Torino, Centro scientifico editore.
- _____ (1995a). *Il dicibile e l'indicibile. Verso un'estetica semio-linguistica*, Palermo, L'epos.
- _____ (ed.) (1995b). *Sensi e discorso. L'estetica nella semiotica*, Bologna, Esculapio.
- _____ (1998). *Estetica del telegiornale. Identità di testata e stili comunicativi*, Roma, Meltemi.
- MAZZOLENI, Gianpietro (1998). *La comunicazione politica*, Bologna, Il Mulino.
- PARRET, Herman (1990). "La rationalité stratégique", in *L'interaction communicative*, BERRENDONNER, Alain e PARRET, Herman (eds.), Berne, Peter Lang.
- PROPP, Vladimir (1928). *Morfologija skazki*, Leningrad, Academia; trad. it. *Morfologia della fiaba, con un intervento di Claude Lévi-Strauss e una replica dell'autore*, Torino, Einaudi 1966; trad. port. *Morfologia do conto*. Lisboa, Veja, 1992.
- SEGRE, Cesare (1974). *Le strutture e il tempo*, Torino, Einaudi.
- VOLLI, Ugo (2000). *Manuale di semiotica*. Roma-Bari, Laterza.

Gianfranco Marrone é professor das universidades de Palermo e Bolonha, na Itália. É autor, entre outros, dos livros *Il sistema de Barthes* (Bompiani, Milano, 1994), *Il dicibile e l'indicibile. Verso un'estetica semio-linguistica* (Palermo, L'epos, 1995), *Estetica del telegiornale. Identità di testata e stili comunicativi* (Roma, Meltemi, 1998) e *C'era una volta il telefonino. Un'indagine sociosemiotica* (Roma, Meltemi, 1999), além de *Corpi sociali. Processi comunicativi e semiotica del texto* (Torino, Einaudi, 2001).

Tradução de Ana Sílvia Lopes Davi Médola
e Angelo Ansanelli